

INT-2063

LC/BRS/DT.012
Outubro 1997
Original: Português

CEPAL
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE
Escritório no Brasil



**O SISTEMA BRASILEIRO DE ACORDOS INTERNACIONAIS
DE SEGURIDADE SOCIAL:
Situação atual e perspectivas**

Documento elaborado por Jeovan Assis da Silva e Carlos Henrique Fialho Mussi, dentro do Acordo de Cooperação Técnica entre a CEPAL e o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). As opiniões aqui expressas são pessoais dos autores e podem não coincidir com as da Instituição.

2

3

4

5

O Sistema Brasileiro de Acordos Internacionais de Seguridade Social *

- Situação Atual e Perspectivas -

Segunda Versão

outubro 1997

Jeovan Assis da Silva

Carlos Henrique Fialho Mussi

* Estudo elaborado dentro do Acordo de Cooperação Técnica entre a CEPAL e o MPAS.

ÍNDICE

PARTE I - Visão Geral

- 1.1) Importância dos Acordos Internacionais de Seguridade Social..... 02
- 1.2) Perfil dos Acordos e Mecanismos de Operacionalização..... 04

PARTE II - Perfil Demográfico e Econômico dos Países do SBAISS

- 2.1) Estrutura Demográfica.....08
- 2.2) Aspectos Migratórios..... 12
- 2.3) Estrutura Econômica..... 18

PARTE III- Aspectos Tático-Operacionais

- 3.1) Países cujo ingresso no SBAISS seria recomendável.....31
- 3.2) A Seguridade Social no Plano Multilateral.....37
- 3.3) O Código Ibero-Americano de Seguridade Social.....40
- 3.4) Parâmetros para a negociação de novos acordos.....43

CONCLUSÕES.....48

BIBLIOGRAFIA.....50

ANEXO ESTATÍSTICO

O presente estudo visa fornecer um panorama atualizado e apontar perspectivas para o Sistema Brasileiro de Acordos Internacionais de Seguridade Social (SBAISS). O objetivo central desta pesquisa é o de realizar uma análise sócioeconômica e demográfica dos dez países com os quais o Brasil possui acordos previdenciários recíprocos. Por meio desta análise será possível indicar ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) as possíveis demandas existentes para a feitura de novos acordos, em virtude de razões sócio-político-econômicas que serão apresentadas. Também será feita uma discussão acerca da seguridade social no plano multilateral, tendo por base conceitual, os processos de integração regional e de globalização que se verificam na atualidade.

O trabalho está composto de três partes. A primeira fornece uma visão geral dos acordos internacionais de seguridade social, explicitando sua importância e operacionalização. A segunda parte trata do perfil demográfico e econômico dos 10 países do SBAISS, bem como das relações migratórias e comerciais dessas nações com o Brasil. A terceira parte realiza uma análise dos aspectos tático-operacionais dos acordos e apresenta a possibilidade e as justificativas do ingresso de novos países no SBAISS, em caso de uma eventual expansão do mesmo. Após as conclusões, o trabalho traz um anexo estatístico, feito em planilhas eletrônicas, que possibilitará sua atualização *a posteriori*.

PARTE I
Visão Geral

1.1) Importância dos Acordos Internacionais de Previdência Social

A seguridade social depara-se com dois importantes fenômenos neste final de século. Primeiro, observamos o processo de globalização, caracterizado por uma crescente interdependência entre países e regiões e pelo movimento mais fluido de bens, serviços e capitais, entre outras características. Sob essa ótica, há uma erosão das relações de assalariamento formal sobre as quais assentou-se o paradigma previdenciário de proteção social, hoje vigente na maioria dos países do mundo.¹

O processo de regionalização - que parece mais acompanhar a tendência globalizante do que contrarrestá-la - visa reforçar, no plano coletivo, a capacidade de intervenção e de regulação da esfera pública frente às novas realidades deste final de século. A integração regional coloca então um importante desafio para os acordos internacionais de seguridade social, na medida em que passamos a questionar o tradicional modelo de convênios bilaterais e a estudar a viabilidade de transpô-los para o plano multilateral.

Ambos os fenômenos ajudaram a intensificar as correntes migratórias, sobretudo aquelas que partem dos países em desenvolvimento em direção às nações prósperas da América do Norte, Europa e Ásia. Os programas nacionais de seguridade social terão de adaptarem-se às novas tendências da migração internacional a fim de que possam continuar atendendo as necessidades desses trabalhadores e proteger seus direitos de circularem livremente.

Em decorrência de avançadas tecnologias em comunicações e transportes, as barreiras entre os Estados¹Nacionais parecem quase diluir-se ao impacto do intenso movimento de pessoas de uma forma qualitativamente diversa das grandes correntes migratórias do século passado. Naquela época, as migrações tendiam a ser permanentes e os migrantes se integravam econômica e socialmente nos países de destino. Atualmente a realidade migratória é distinta: fruto da internacionalização do mercado de trabalho e da profunda desigualdade entre as nações, a maioria das migrações tende a ser cada vez mais a se restringirem a períodos curtos. Os migrantes, por sua vez, passaram à condição de meros trabalhadores que circulam internacionalmente, muitas vezes sob um caráter ilegal e informal².

¹ Patricio, Luciano . Anais do Seminário Internacional "A Seguridade Social e os Processos de Integração Regional". Brasília, 1996, Convênio MPAS/CEPAL, p.16.

² Brito, Fausto. "Os Povos em Movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo" em: Patarra, Neide (coord.) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo, p. 65.

Nesse sentido, é importante a análise dos fluxos migratórios em qualquer intuito de coordenação de regimes de seguridade social entre os países - seja sobre uma base bilateral ou multilateral. A expansão da rede internacional de acordos de seguridade social é um elemento importante no esforço mundial em busca de uma melhor proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Historicamente, os primeiros esforços com o objetivo de coordenar os regimes de seguridade social por via de acordos internacionais são anteriores à Segunda Guerra Mundial. Contudo, os acordos recíprocos da forma como conhecemos hoje, só emergiram depois do conflito. Os primeiros envolveram os países da Europa Ocidental que perceberam que sem uma coordenação deste tipo, os indivíduos que cotizaram a regimes de mais de um país poderiam não reunir as condições de aquisição das prestações a que teriam direito. Também observava-se o problema dos trabalhadores fronteiriços que viviam em um país porém exerciam suas atividades em outro; das pessoas enviadas de um país para outro durante períodos temporários em cumprimento de suas funções; e, de certos grupos profissionais como os marítimos e tripulantes de navios.

Ao final da década de 70, foi a vez dos Estados Unidos e do Canadá firmarem seus primeiros acordos plenamente recíprocos. Na década de 80, alguns países da Ásia e da Oceania - como Japão, Austrália e Nova Zelândia - passam a demonstrar interesse em assinar acordos recíprocos de seguridade social.

Atualmente difundida no mundo todo, a prática dos acordos recíprocos de seguridade soma uma lista de convênios internacionais de seguridade social já bastante extensa³. Merece destaque o fato de que a maioria deles foi assinada entre países desenvolvidos e que, em contrapartida, são relativamente escassos os convênios nessa área nos quais as duas partes contratantes são países em desenvolvimento.

No Brasil, o primeiro acordo internacional de previdência é firmado em 1962 com a Itália⁴. O mais recente, ainda em fase de negociação, é o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul. Os acordos inserem-se no contexto na política externa brasileira, conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores, e resultam de esforços do Ministério da Previdência e Assistência Social e de entendimentos diplomáticos entre os governos.

Os motivos pelos quais o Governo brasileiro firmou Acordos Internacionais com outros países enquadram-se em pelo menos uma das seguintes situações:

³ A Organização Internacional do Trabalho, possui uma publicação denominada *Répertoire des Instruments Internationaux de Sécurité Sociale* na qual são listados todos os acordos internacionais de seguridade social vigentes no mundo.

⁴ Um novo Acordo com a Itália, já aprovado pelo Congresso Nacional, aguarda sanção do Presidente da República.

- Elevado volume de comércio exterior;
- Recebimento no País de investimentos externos significativos;
- Acolhimento, no passado, de fluxo migratório intenso;
- Relações especiais de amizade.

O principal objetivo dos Acordos é resguardar os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos dois países aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito pelo País. Estabelecendo uma relação de prestação de benefícios previdenciários, os Acordos não implicam em alterações na legislação vigente dos países, cabendo a cada Estado contratante analisar os pedidos de benefícios apresentados e decidir quanto ao direito e condições, conforme sua legislação aplicável. A seguir, apresentamos um breve perfil de cada um dos 10 acordos, expondo suas principais especificidades, assim como explicitar sua operacionalização.

1.2) Perfil dos Acordos e Mecanismos de Operacionalização

Os dois quadros que apresentamos nas páginas seguintes trazem, em linhas gerais, as especificidades de cada um dos Acordos, como por exemplo, as distintas coberturas e diferentes prazos e condições fixados. A seguir, apresentamos como estes convênios podem ser acionados.

O requerimento do benefício deve ser protocolizado na Entidade Gestora⁵ do país de residência do interessado. No Brasil, os requerimentos são formalizados nos Postos do Seguro Social do INSS em cada Unidade da Federação e encaminhados ao Organismo de Ligação correspondente, conforme a residência do beneficiário. No que concerne à operacionalização, é conveniente mencionar quatro importantes instrumentos, conforme vemos a seguir.

a) Certificado de Deslocamento Temporário e Isenção de Contribuição

Ao empregado é fornecido um Certificado de Deslocamento Temporário, mediante solicitação de sua empresa. Visa-se assim, à isenção de contribuição deste segurado no País Acordante para onde for trabalhar, a serviço de seu empregador, na forma prevista em cada Acordo (ver quadro 2) . Desta forma, o empregado permanece sujeito à legislação previdenciária brasileira e continua tendo garantidos os seus direitos no outro país. O segurado deve levar consigo uma via do Certificado de Deslocamento. O período de deslocamento pode ser prorrogado, observados os prazos e condições fixados em cada Convênio.

⁵ São instituições competentes para a concessão das prestações previstas nos Acordos. No Brasil, o Órgão Gestor é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que executa os Acordos através do Serviço de Acordos Internacionais, após a instrução dos processos pelos Serviços/Seções/Setores de Convênios e Acordos das Regionais.

Quadro I
ACORDOS BILATERAIS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

ACORDOS	FUNDAMENTO LEGAL	REUNIÃO DE COMISSÃO MISTA	POSICÃO ATUAL	OBSERVAÇÕES/NECESSIDADES
ARGENTINA	ACORDO Assinado em 20.08.80 D.L. nº 95, de 05.10.82 D.O. 193, de 08.10.82 Dec. 87.918, de 8.10.82 D.O. 233, de 10.12.82	1980, 1987, 1992 e 1996.	Em vigor, com fluxo de informações e pendências.	Verificar novos formulários de deslocamento. Informar PSS fronteiriços do acordo.
CABO VERDE	Assinado em 07.02.79 D.O. 41, de 01.03.79		Em vigor.	Não há demanda operacional.
CHILE	Assinado em 16.10.93 D.L. 75, de 04.05.95 D.O. 88, de 10.05.95 Dec. 1.875, de 25.04.96 D.O. 81, de 26.04.96	1991, 1991, 1992 e 1996.	Em vigor. Há fluxo de informações. Aguardam-se propostas do Ministério da Saúde.	Negociar o Ajuste e Formulários. Aguardar propostas do Chile. Esclarecer procedimentos operacionais.
ESPAÑA	Assinado em 16-05-91 Dec. 1.689, de 07.11.95 D.O. 214, de 08.11.95	1974, 1987, 1989, 1991, 1994 e 1996.	Em vigor, com muitas pendências operacionais. Há fluxo de informações. Aguardam-se propostas do Ministério da Saúde. Há pendências financeiras ref. assist. Sanitária.	Providenciar proposta de Protocolo Adicional ao Acordo e tradução dos Formulários de Ligação.
GRÉCIA	Assinado em 12.09.84 D.L. 03, de 23.10.87 D.O. 203, de 27.10.87 Dec. 99.088, de 09.03.90 D.O. 048, de 12.03.90	1990, 1991, 1993 e 1994.	Em vigor, com pendências operacionais. Não há fluxo de informações.	Aprovar alguns formulários de ligação. Esclarecer procedimentos operacionais.
LUXEMBURGO	Assinado em 16.09.65 D.L. 25.82, Dec. 60968, de 07.07.67 D.O. 129, de 11.07.67		Em vigor. Não há fluxo de informações.	Não há demanda operacional.
ITÁLIA	Assinado em 09.02.62 Dec. 57.759, de 08.02.66 D.O. 30, de 11.02.66 Novo Acordo assinado em 26-06-95.	1975, 1982, 1986, 1992 e 1995.	Em vigor, com fluxo de informações pouco intenso. Há muitas pendências operacionais. Aguardar pronunciamento da Itália para Reunião de Comissão Mista.	Aprovar o novo acordo. Negociar ajuste e formulários de ligação. Esclarecer procedimentos operacionais.
PORTUGAL	Assinado em 07.05.91 D.L. 95, de 23.12.92 D.O. 240, de 29.12.92 Dec. 1.457, de 17.04.95 D.O. nº 74, de 18.04.95	1971, 1972, 1973, 1983, 1987, 1989, 1989, 1991 e 1996.	Em vigor, com intenso fluxo de informações. Há pendências operacionais.	
URUGUAI	Assinado em 27.01.74 Dec. 85.248, de 13.11.80	1991 e 1996.	Em vigor, com fluxo de informações.	Enviar formulários de deslocamento. Informar os PSS fronteiriços do Acordo.

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Previdência e Assistência Social.
Observação: O Acordo Brasil Paraguai, de 20 de janeiro de 1975, é relativo somente aos contratos de trabalho da Hidrelétrica de Itaipu.

-Quadro 2
ACORDOS INTERNACIONAIS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL BENEFÍCIOS PREVISTOS

PAÍS	TIPO DE BENEFÍCIO	DESLOCAMENTO INICIAL	PRORROGAÇÃO	PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO	ENTIDADE GESTORA
ARGENTINA	Invalidez, velhice e morte. Assistência médica, farmacêutica, odontológica e hospitalar. Regime de acidentados do trabalho e doenças profissionais e prestações familiares. Velhice, invalidez e morte.	12 MESES	12 MESES	INICIAL 45 DIAS PRORROGAÇÃO 90 DIAS	Ministerio de Seguridad Social
CHILE	Auxílio por incapacidade ao trabalho e maternal. Riscos de acidente de trabalho e doenças profissionais.	24 MESES	36 MESES	45 DIAS	Ministerio del Trabajo y Prevision Social
ESPAÑA	Assistência médica para maternidade, doença comum ou profissional e acidente, seja ou não de trabalho. Prestações pecuniárias nos casos de incapacidade temporária de trabalho derivadas da maternidade, doença comum ou profissional e acidente seja ou não de trabalho. Invalidez, velhice, morte e sobrevivência. Prestação familiar, acidente de trabalho e doença profissional.	36 MESES AUTÔNOMO 24 MESES	24 MESES NÃO HÁ	45 DIAS 45 DIAS	Instituto Nacional de La Seguridad Social
GRÉCIA	Velhice, morte, invalidez, doença, maternidade, acidentados de trabalho, doenças profissionais e prestações familiares.	12 MESES AUTÔNOMO 12 MESES	A CRITÉRIO DO PAÍS 12 MESES	45 DIAS 45 DIAS	I. Institut de Sécurité Sociale (IKA)
LUXEMBURGO	Seguro-doença, seguro-maternidade, salário-família, velhice, invalidez, morte e acidente de trabalho.	36 MESES	NÃO HÁ	45 DIAS	Ministère de la Sécurité Sociale
ITALIA	Invalidez, velhice e morte. Acidentados de trabalho e doenças profissionais. Prestações de maternidade e doença, inclusive tuberculose. Prestações familiares para os trabalhadores.	12 MESES	A CRITÉRIO DO PAÍS	45 DIAS	Servizio Rapporti Convenzione Internazionale
PARAGUAI	Assistência médica e assistência aos trabalhadores da Usina de Itaipu.	—	—	—	Ministerio de Salud Publica
PORTUGAL	Prestações de doença, maternidade, invalidez, velhice e morte e prestações familiares. Regime de acidente de trabalho e doença profissional.	60 MESES	12 MESES	45 DIAS	Departamento de Relações Internacionais de Seguridad Social
URUGUAI	Pensão velhice, pensão morte, prestações por enfermidades, prestação por acidentados comuns, prestação de acidentados de trabalho e doenças profissionais, benefícios familiares.	12 MESES	24 MESES	45 DIAS	Banco de Prevision Social

Fonte: Elaborado pela Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Previdência e Assistência Social

b) Transferência dos Benefícios para o Exterior

A solicitação de transferência de benefício, mantido sob a legislação brasileira, poderá ser requerida pelo beneficiário para exclusivamente dois países - Portugal e Espanha. Neste caso, o segurado deverá, antes da mudança ou viagem prolongada, solicitar a transferência junto ao Posto de Seguro Social (PSS), onde o benefício é mantido. Quando o segurado retornar ao Brasil, deverá informar o PSS mais próximo de sua residência do seu novo endereço.

c) Prestação de Assistência Médica no Exterior

A prestação de assistência médica prevista nos Acordos Internacionais, aos brasileiros residentes ou que se deslocam para o exterior e aos segurados estrangeiros, residentes ou em trânsito pelo Brasil, é administrada pelas Coordenadorias Regionais de Cooperação Técnica do Ministério da Saúde.

d) Organismos de Ligação no Brasil

Organismos de Ligação são os órgãos designados pelas autoridades competentes dos Acordos Bilaterais para comunicarem-se entre si e garantirem o cumprimento das solicitações formuladas no âmbito dos Acordos. Tendo em vista a estrutura do sistema previdenciário brasileiro e as dimensões do país, estes organismos funcionam de forma semi-descentralizada. A área de abrangência de cada organismo refere-se: ao local de domicílio do interessado, no caso dele residir no Brasil; e ao local em que ele exerceu alguma atividade laborativa ou ao lugar para onde pretende se deslocar, no caso de residir no exterior.

A seguir, passamos ao estudo dos aspectos demográficos, migratórios e econômicos dos 10 países,

PARTE II
PERFIL DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO

2.1) **Estrutura Demográfica**

Essa parte do trabalho dedica-se a uma breve análise da composição das populações dos países com que o Brasil já mantém acordo recíproco de seguridade social. O estudo das pirâmides demográficas é essencial na medida em que a composição etária da população repercute de modo intenso no processo decisório de alocação de recursos em setores como educação, saúde e, de forma particular, no âmbito da seguridade social.

Como podemos observar na tabela abaixo, no período compreendido entre 1980 e 2000, a expectativa de vida ao nascer dos 10 países que constituem nosso objeto de estudo, aumentou em média cinco anos. Tal elevação deve-se ao fato de que os índices de desenvolvimento humano têm crescido enormemente nos últimos em razão de ampla redução nos níveis de pobreza em quase todos os países no mundo. Outro fator importante são os grandes avanços na área médica, conciliados a uma maior quantidade de pessoas que nas últimas décadas passaram a usufruir do acesso à educação e serviços de saúde básicos ⁶.

Tabela 1
Expectativa de vida ao nascer dos países do SBAISS
(em anos, ambos os sexos):

<i>País</i>	1980-85	1995-2000
Argentina	70,21	73,13
Brasil	63,36	67,91
Cabo Verde	59,97	68,50
Chile	70,70	75,21
Espanha	75,57	78,56
Grécia	74,25	79,23
Itália	74,41	77,74
Luxemburgo	73,35	77,74
Paraguai	67,05	69,67
Portugal	68,97	74,17
Uruguai	70,94	72,82

Elaborada a partir: 1) CELADE, Boletín Demográfico, "América Latina: Proyecciones de Población 1950-2050"; 2) United Nations, "Statistical Yearbook 1985" e 3) World Bank, "World Population Projections", 1995.

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), Relatório do Desenvolvimento Humano 1997, *passim*.

Tabela 2
População dos 10 países do SBA/ISS
 (em milhares)

	1995	2000	2005
<i>Argentina</i>	34.768	37.032	39.302
<i>Brasil</i>	159.182	169.625	180.181
<i>Cabo Verde</i>	419	470	521
<i>Chile</i>	14.210	15.211	16.136
<i>Espanha</i>	39.144	39.237	39.149
<i>Grécia</i>	10.500	10.692	10.753
<i>Itália</i>	57.867	57.930	57.242
<i>Luxemburgo</i>	406	420	421
<i>Paraguai</i>	4.828	5.496	6.216
<i>Portugal</i>	9.869	9.875	9.861
<i>Uruguai</i>	3.186	3.274	3.365

Fonte: Bos, Eduard, World Population Projections, World Bank.

Obs: O IBGE revelou em agosto de 1997 que a população do Brasil é de: 157 079 000, um número que se situou abaixo das projeções do Banco Mundial.

Tomando a atual abrangência do sistema de acordos, o Brasil é o país que tem a maior população (157.079.000, segundo IBGE). Para efeito de comparação, os outros 10 países somam uma população de cerca de 170 milhões de habitantes (ver tabela 2). Também há que se ressaltar que, de acordo com a tabela anterior, o Brasil é o país cuja população possui a menor expectativa de vida (67,9 anos) do conjunto dos países do SBAISS.

Com relação ao Brasil, a população passa por um processo de envelhecimento lento, porém contínuo. Segundo dados do IBGE, em 1980, 38% da população tinha menos de 14 anos, hoje esse número cai para 32%. Em contrapartida, a população com mais de 65 anos era, em 1960, 2,7% da população. São atualmente 5,4%. Estima-se que em 2020 este número chegará a 8,64%. Em 2005, a população acima de 50 anos terá crescido 3,3 pontos percentuais e a população entre 0 e 29 anos terá sua participação decrescida de 59,9% para 54,2% do total.

Para os demais países, apresentamos as principais alterações na estrutura etária até o ano 2005⁷:

- A situação na **Argentina** parece estar mais estabilizada. De 1995 a 2005 observa-se um ligeiro envelhecimento da população entre 0 e 30 anos. Para a população acima de 60 anos, o número passa de 10,4 % para 14,1%. Porém tomando-se estimativas para 2020, que apontam uma população de idosos de cerca de 16,8%, observa-se um pequeno crescimento desse grupo etário, mas que aponta para uma estabilização a longo prazo.
- Com relação a **Cabo Verde** a participação individual dos coortes (grupos etários) sofrerá alterações mínimas, com exceção da população entre 40-50 anos que duplicará nos próximos 10 anos.
- Analisando-se a pirâmide populacional do **Paraguai**, observamos que uma grande estabilidade nos coortes, com destaque para a população acima de 60 anos.
- Em **Portugal**, observamos um considerável queda na participação da população entre 10 e 29 anos. Novamente, se tomarmos o coorte acima de 60 anos, observamos uma tendência à estabilização.
- No **Uruguai**, a população de crianças entre 0 e 10 anos terá caído pela metade em 2005. Merece atenção a elevação da participação daqueles com idade superior a 70 anos, que passarão de 7,9% da população para 9,8%.

⁷ As pirâmides demográficas de cada país encontram-se no Anexo Estatístico do trabalho.

- **Luxemburgo** continuará sendo um dos países que possuem uma das maiores populações idosas no mundo. A população acima de 40 anos representará em 2005 53,1% da população.
- Em 2005, na **Itália**, a população entre 60 e 69 terá quase dobrado a sua participação. A população com mais de 40 anos compreende 53,6% do total.
- Na **Grécia**, a estrutura da pirâmide populacional pouco se altera, com destaque aos coortes entre 30 e 59 anos que daqui a oito anos terão praticamente a mesma participação.
- Comparada as demais nações da Europa, a **Espanha** ainda é um país basicamente jovem. Porém merece atenção o envelhecimento da população entre 30 e 49 anos que elevará sua participação em 5 pontos percentuais.
- No **Chile** a participação das pessoas entre 0 e 29 anos era de 56% da população em 1995 e em 2005 será de 50,4%. Com um aumento de apenas 3.4 pontos percentuais na população acima de 50 anos, a *estrutura demográfica chilena parece que pouco se alterará no início do século XXI.*

A seguir, uma comparação do Brasil com cada um dos países no que concerne ao coorte da população acima de 60 anos - o mais significativo para o campo da seguridade social.

Hoje, proporcionalmente, a população de pessoas com mais de 60 anos na **Argentina** é 30% maior do que a de brasileiros nesta faixa etária. Para o ano de 2005 estima-se um aumento desse contraste: enquanto passarão a representar 14,1% da população argentina, no Brasil esse número ainda estará ao redor de 8,7%

No caso do **Chile**, aumentando sua participação em menos de 1% até 2005, a população com mais de 60 anos parece ter se estabilizado em torno de 10% da população total.

Proporcionalmente, em 2005, a população dos idosos na **Espanha** será duas vezes e meia maior que a brasileira. A mesma relação se dá para com **Luxemburgo** e **Grécia**. Com relação à **Itália**, daqui a oito anos, a participação da população idosa frente ao conjunto da população será três vezes maior que a brasileira.

Nesta faixa etária, o **Uruguai** contará com uma população acima de 60 anos que parece ter se estabilizado em torno de 19,5% do total. **Cabo Verde** é o país que apresentará a menor participação desse grupo etário: apenas 5,0% da população tem mais de 60 anos.

2.2) Aspectos Migratórios

a) *IMIGRAÇÃO*

O Brasil tem registrado atualmente 929.526 estrangeiros, entre permanentes e temporários, predominando os primeiros na razão de 80%. A tabela seguinte apresenta as maiores colônias estrangeiras no nosso país:

Tabela 3
População de Estrangeiros no Brasil - 1996

País de Origem	Quantidade
Portugal	306.073
Japão	115.625
Itália	77.280
Espanha	66.591
EUA	34.742
Alemanha	31.416
Argentina	29.934
Chile	27.423
Uruguai	25.618

Fonte: Departamento de Polícia Federal ⁸, 1997.

É importante mencionar que, segundo a Polícia Federal, não existem registros sobre entrada anual de estrangeiros que venham ao Brasil como imigrantes, uma vez que não há fluxo regular neste sentido, dado que o ordenamento jurídico só permite a entrada por casamento, prole, reunião familiar e como investidor. Tais critérios advêm da adoção, na década de 70, de uma política de imigração mais severa. Por exemplo, uma das exigências para que um estrangeiro possa entrar no país como investidor é que sua empresa tenha investido pelo menos US\$ 200 mil no Brasil. O administrador da empresa deve, ainda, passar a residir no Brasil.

Segundo o Ministério do Trabalho, no ano passado, 17.178 estrangeiros vieram trabalhar legalmente no mercado brasileiro. Um número três vezes maior do que o total registrado em 1993, como podemos observar na tabela seguinte:

⁸ Dignas de menção são duas correntes migratórias que não figuram na tabela da Polícia Federal, mas que apresentam estimativas não oficiais bastante elevadas: de coreanos (40.000) e de bolivianos (100.000).

Tabela 4
Número de vistos de trabalho concedidos - (1993-1996)

Ano	Quantidade
1993	5.256
1994	9.620
1995	13.413
1996	17.178

Fonte: Ministério do Trabalho.

Muitos desses novos imigrantes estariam vindo trabalhar em empresas e bancos estrangeiros que estão instalando-se no país ou que compraram empresas brasileiras⁹. Daí a peculiaridade da imigração para o Brasil desta década de 90 se comparada às correntes anteriores neste século. Os estrangeiros que estão migrando para o nosso país além de representarem um contingente bem inferior de outros registrados em correntes anteriores, possuem também um perfil diferente, como veremos um pouco mais adiante.

Nos últimos anos, a média mensal de estrangeiros que estão requerendo a naturalização tem chegado a mil, segundo o Ministério da Justiça, que é órgão governamental encarregado dos processos. A Constituição brasileira favorece a naturalização dos imigrantes que se fixaram no país há mais de trinta anos, desde que inexistam quebra de continuidade e condenação penal. Aos cidadãos de países de língua portuguesa é exigido apenas um ano de residência no Brasil. Dos demais estrangeiros a lei ordinária exige, no mínimo, quatro anos de residência no Brasil, idoneidade, boa saúde e domínio do idioma. O requisito cronológico é atenuado em certas hipóteses, como a de casamento com pessoa brasileira ou prestação de bons serviços ao país. Há que se ressaltar porém que a naturalização não é jamais obrigatória, tanto significando que o governo pode recusá-la mesmo quando preenchidos os requisitos da lei¹⁰.

b) EMIGRAÇÃO

A partir da década de 80 verifica-se uma tendência inédita na nossa história com relação à migração. Apesar do recente aumento na entrada de estrangeiros no país, o Brasil parece estar se consolidando mais como um país de emigração do que o contrário, mandando para fora um número maior de pessoas do que recebe. Sem dúvida, este é um fenômeno alarmante para o país, na medida em que esse emigrantes são na sua maioria jovens, com os quais o Estado brasileiro de alguma

⁹ Folha de S. Paulo, 13/07/97, p. 3-5.

¹⁰ Rezek, J. F., *Direito Internacional Público*, p. 190.

forma investiu na sua formação e que, no momento de iniciarem sua vida produtiva optam por exercê-la no exterior, muitas vezes aquém de suas qualificações.¹¹

Atualmente existem, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, 1.560.162 brasileiros vivendo no exterior. Apesar de muitos estarem sob condições ilegais, uma grande parte também ampara-se no recurso da dupla cidadania, sobretudo nos países europeus que adotam o *jus sanguinis* e exigem apenas o parentesco, e não a residência no país, para a concessão da nacionalidade.

Tabela 5
População de Brasileiros no Exterior - 1996

País	Quantidade
EUA	598.526
Paraguai	395.181
Japão	201.139
Argentina	72.480
Itália	40.118
Alemanha	33.186
Portugal	32.068
Uruguai	16.541
Suriname	13.000
Austrália	12.504

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, Relatório Consular 1996 "Censo de Brasileiros no Exterior".

O país com a maior concentração de brasileiros continua sendo os Estados Unidos, com cerca de 600 000 brasileiros, seguidos por Paraguai e Japão.

A emigração brasileira para os Estados Unidos intensificou-se na década de 80. O perfil que se pode traçar desse emigrantes é o de que são na sua maioria jovens, possuem nível médio de escolaridade e que trabalham sobretudo no setor de serviços. A clandestinidade parece ser uma das principais características dessa enorme população de brasileiros que está residindo nos EUA¹².

Partido do censo do MRE, inferimos que três cidades concentram 81,6% da população brasileira nos EUA: Nova York (200.000), Boston (150.000) e Miami (140.000). Os motivos que fazem dos EUA um dos maiores pólos atrativos da migração internacional e o destino preferido dos brasileiros que emigram são vários. Uma razão evidente é fato dos Estados Unidos serem uma das economias mais

¹¹ Sales, Tereza. "Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo", em: Patarra, N, op.cit., p. 90.

¹² Op. cit, p. 100.

dinâmicas do mundo, oferecendo as mais diversas opções de empregabilidade. Outro aspecto também importante, os EUA são um país que propicia uma relativamente fácil adaptação ao estrangeiro de todas as partes do mundo, o que justifica um expressão amplamente usada que considera a nação norte-americana um *melting pot*.

Mais antigo do que o norte-americano, é o fluxo dos nossos nacionais em direção ao Paraguai, que data da década de 60. Sua peculiaridade decorre do fato de que é constituído predominantemente de produtores rurais, atraídos por incentivos que governo paraguaio proporcionava na época. Na década seguinte, a principal influência foi a construção de Itaipu, que por sinal constitui o motivo do acordo de seguridade - de caráter parcial - que o Brasil mantém com o país vizinho. Em 1982, o Censo Demográfico registrou 14% da população do Paraguai como sendo brasileira. Depois desse pico, registra-se uma grande evasão de brasileiros retornando aos estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul e Paraná¹³.

Datando do final da década de 80, o fluxo Brasil-Japão é marcado pela característica de que é composto majoritariamente por descendentes de japoneses que migraram para o Brasil em décadas passadas¹⁴. A outra especificidade desse fluxo é que é uma migração marcada por baixos índices de clandestinidade. Os *dekasseguis* que são contratados de forma legal geralmente possuem seguros de saúde e de acidentes de trabalho obrigatórios. Bastante distinta da americana é a situação do terceiro maior destino dos emigrantes brasileiros. A maior parte são descendentes de japoneses que já conhecem relativamente bem a complexa estrutura social japonesa, e ainda sim sentem muita dificuldade de adaptação, retornando muitas vezes antes do tempo previsto.¹⁵

Breve Perfil Histórico da Emigração Internacional para o Brasil

A partir do final do século passado, observa-se a existência de quatro grandes momentos na história da migração de estrangeiros para o Brasil¹⁶. Antes de enumerá-los, é oportuno mencionar o Brasil no final do século passado e início do presente foi um dos países que mais receberam imigrantes na história da migração internacional. Estima-se que no período compreendido entre 1870 e 1930, cerca de 5 a 7 milhões de pessoas entraram no país.

A primeira grande corrente migratória para o Brasil, que se dá entre 1872 e 1902 foi marcada pelo início da política de subsídios à entrada de imigrantes para o

¹³ Salim, Celso. "A Questão dos Brasiguaios e o Mercosul" em: Patarra, N., op.cit, p.146.

¹⁴ Sales, T., op. cit, p. 97.

¹⁵ Rossini, Rosa. "O Retorno às Origens ou o Sonho do Encontro com o Eldorado: o exemplo dos *dekasseguis* do Brasil em direção ao Japão.. em Patarra, N., op. cit, p107.

¹⁶ Bassanezi, Maria, Imigrações Internacionais no Brasil: Um panorama histórico. em Patarra, N., op. cit, p. 06.

trabalho na agricultura, com destaque para a predominância de italianos como importante mão-de-obra na cafeicultura. O segundo momento (1906-1914) foi marcado pela expressiva imigração de portugueses, espanhóis e japoneses. O terceiro foi marcado por um aumento ainda maior da vinda de portugueses e japoneses e por outras correntes de poloneses, russos, romenos e judeus etc. O quarto e último, que começa no pós-II guerra, é marcado pela entrada bem menor de imigrantes se comparado aos períodos anteriores. A imigração de portugueses, italianos e espanhóis e japoneses ainda são as principais, porém é considerável o aumento dos migrantes enquadrados nas estatísticas como pertencentes a “outras nacionalidades”.

Tabela 6
Os maiores Grupos de Imigrantes
Por Países de Origem
(entre 1836 e 1968)

Portugueses	1 760 000
Italianos	1 620 000
Espanhóis	719 000
Alemães	257 000
Japoneses	243 000
Russos	119 000
Austriacos	98 000
Turcos	79 000
Poloneses	54 000
Franceses	50 000

Fonte: Síntese da História da Imigração no Brasil. Fernando Basto e FSP 13/07/97.

A redução do volume de imigrantes na segunda metade deste século é acompanhada pelo incremento do fluxo contrário, de brasileiros migrando para o exterior, sobretudo com destino aos Estados Unidos, Europa, e Japão. Estimativas precárias indicam que entre 1,5 milhão e 1,8 milhão de brasileiros deixou o Brasil entre 1980 e 1991, especialmente em direção aos Estados Unidos e de forma nem sempre legal¹⁷.

Com relação ao período recente de imigração para o Brasil, que sem dúvida é o que mais interessa ao presente trabalho, podemos dizer que quanto aos estrangeiros que ingressam no Brasil, é grande a presença de técnicos e graduados em universidades que são, em geral, dirigentes de empresas que estão investindo no Brasil. Assim como nas principais correntes migratórias do passado, a maioria fixa residência nas regiões Sul e Sudeste do País. Mais de 70% dos 17.178 vistos de trabalho concedidos no ano passado pelo governo foram para profissionais que se instalaram nos Estados de São Paulo (47,3%) e Rio de Janeiro (24,4%).

¹⁷ Sales, T. . op. cit, p. 98.

Logo abaixo, apresentamos duas tabelas e um gráfico que informam algumas características importantes do perfil do imigrante estrangeiro que está vindo trabalhar no Brasil. Cabe notar que a maioria possui entre 30 e 39 anos e é de nacionalidade norte-americana.

Tabela 7
Perfil do Recente Trabalhador Estrangeiro no Brasil

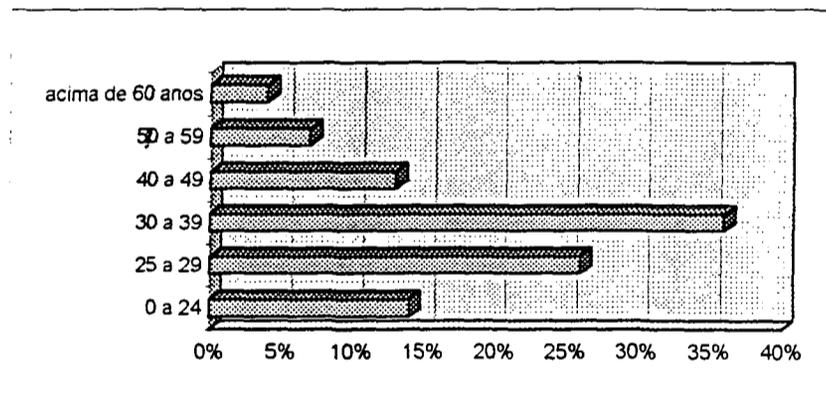
Profissão	% do total
Técnicos e Profissionais Liberais	46,0
Marítimos e Trabalhadores da Pesca	18,8
Artistas e Desportistas	11,6
Famíliares	11,2
Diretores e Investidores	10,7
Pesquisadores e Doutores	0,63

Fonte: Ministério do Trabalho e Folha de S. Paulo 13/07/97 p. 3-5.

Obs: Os dados não abrangem diplomatas, religiosos, estudantes e jornalistas cujo ingresso no país segue trâmites específicos.

Gráfico 1

Idade dos Recentes Trabalhadores Estrangeiros no Brasil



Fonte: Idem.

Tabela 8
Recente trabalhador estrangeiro no Brasil
 Por país de origem
 (em 1996)

Estados Unidos	3.040
Alemanha	1.274
Inglaterra	1.254
França	1.139
China	1.002
Argentina	982
Itália	874
Japão	861
Holanda	464
Espanha	442

Fonte: MTb e FSP 13/0797.

2.3) Estrutura Econômica dos Países Cobertos pelo SBAISS

Argentina

Com o advento do Mercosul, a Argentina tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil na América Latina (o volume comercial entre os dois países é de cerca de 12 bilhões de dólares, conforme a tabela dos fluxos comerciais). Na recente história econômica do país, os planos econômicos do início da década de 90 conseguem debelar o problema da inflação. Porém em 1995, quando atingido pela crise cambial mexicana, o país enfrenta dificuldades para retomar o crescimento da economia, apresentando altas taxas de desemprego (18% em maio 1996, segundo a OIT). Embora apresente a maior renda per capita e o segundo mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América do Sul (0,884), a economia argentina sofre fortes efeitos causados pela recessão.

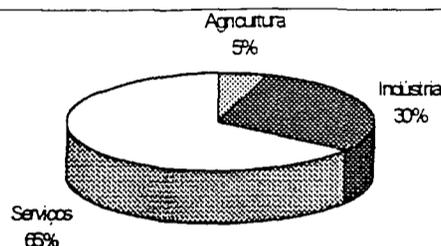
Tradicional produtora de carne e cereais (a produção de soja, milho e trigo soma 37,7 milhões de toneladas) a nação possui importantes reservas minerais da qual o petróleo é uma das mais importantes (28,6 milhões t).

Principais Parceiros Comerciais - Argentina

% das exportações		% das importações	
Brasil	23	Brasil	23
Estados Unidos	11	Estados Unidos	20
Holanda	08	Alemanha	6

Fonte: United Nations, World Statistics 1996

Participação no PIB por setor em 1994 - Argentina



Fonte: Banco Mundial, 1996

Fluxos bilaterais de investimentos (Brasil-Argentina) em 1995 - Analisando os investimentos da Argentina no Brasil - cerca de US\$ 364 milhões - observamos que a grande maioria deles (84,98%) concentra-se na área da indústria de transformação, com destaque para o setor de produtos alimentares (52,59%).

No fluxo inverso, os investimentos brasileiros na Argentina, que somam US\$ 316 milhões, concentram-se em duas grandes áreas: indústria de transformação (55,71%) e serviços (41,07%). Na indústria de transformação é importante a participação brasileira nos setores de material de transportes (19,93%) e metalurgia (11,87%). No setor de serviços, destacam-se os investimentos brasileiros em bancos e em outras instituições financeiras (30,15%).

Cabo Verde

Condições climáticas são um grande entrave para o progresso econômico do país. Prolongados períodos de seca afetam sobremaneira a agricultura, principal atividade econômica do arquipélago. Muitos habitantes optam pela imigração e os destinos mais procurados são: o Brasil, Portugal e Estados Unidos. O dinheiro enviado pelos cabo-verdianos que vivem no exterior é uma das principais fontes de renda do país.

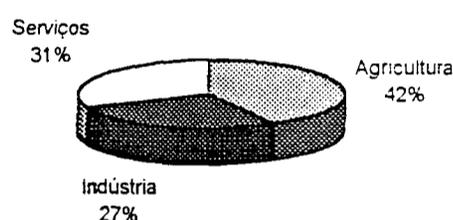
No setor primário, a cana-de-açúcar (18 mil t /ano), milho (8,5 mil t) e pesca (7,1 mil t). Na indústria, os principais setores são o de processamento de pescados e têxtil). Seus principais parceiros comerciais são Portugal, Holanda e Japão.

Principais Parceiros Comerciais - Cabo Verde

% das exportações		% das importações	
Portugal	08	Portugal	33
Argélia	06	Holanda	11
Reino Unido	02	Brasil	11

Fonte: United Nations, World Statistics 1996

Participação no PIB por setor em 1994 - Cabo Verde



Fonte: Banco Mundial, 1996

Fluxos Bilaterais de Investimentos (Brasil-Cabo Verde) - Não existem registros no Banco Central dos investimentos brasileiros em Cabo Verde e vice-versa.

Chile

O Produto Interno Bruto (PIB) chileno foi o que mais cresceu na América Latina nos últimos anos. A exportação de frutas e vinhos tem aumentado, embora a economia chilena ainda dependa muito da exportação de cobre, do qual é o maior produtor mundial. Em 1995, o Chile registra um notável crescimento de 8,2%, com o qual completou doze anos consecutivos de expansão a uma taxa anual média de 6,4%, sendo este o ciclo expansivo mais sustentado do II pós-guerra. Os principais parceiros comerciais são: os Estados Unidos, Japão, Brasil, Alemanha, Argentina e Grã-Bretanha

Os principais setores da indústria são os de: alimentos, metais não-ferrosos, refino de petróleo, papel e química. Na agricultura os principais produtos são: beterraba, trigo, tomate e uvas. A pecuária e a pesca são também importantes setores na economia chilena. A extração de minérios tem uma grande participação no PIB: cobre (1,6 milhão t), prata (983 mil t), ouro (38,7 mil t).

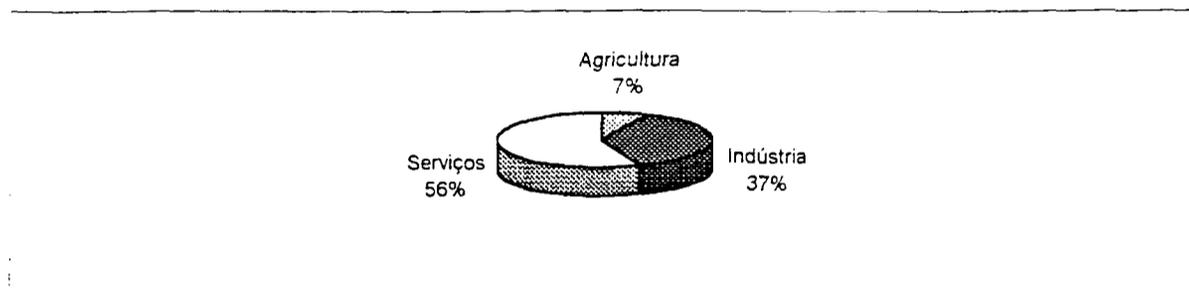
Em junho de 1996, o Chile firmou um protocolo de ingresso ao Mercosul, ainda que em uma categoria especial, já que não se submete às normas de tarifa externa comum.

Principais Parceiros Comerciais - Chile

% das exportações		% das importações	
Japão	18	Estados Unidos	23
Estados Unidos	11	Brasil	20
Argentina	06	Japão	06

Fonte: United Nations, World Statistics 1996

Participação no PIB por setor em 1994 - Chile



Fonte: Banco Mundial, 1996

Fluxos Bilaterais de Investimentos (Brasil-Chile) em 1995 - Os investimentos chilenos no Brasil (US\$ 81 milhões) concentram-se na indústria de transformação (82,67%), boa parte deles no setor editorial e gráfico (53,09%). O restante dos investimentos concentra-se, na sua maioria, no setor de serviços.

Com relação aos investimentos do Brasil no Chile, destaca-se a predominância deles no setor de serviços (65,81%) sobretudo em serviços bancários e financeiros, que correspondem a 44,52% do total. Na indústria de transformação destacam-se os investimentos brasileiros em metalurgia (18,69%). Cabe anotar a crescente presença de investidores chilenos no processo de privatização brasileiro. Empresas chilenas adquiriram participação acionária em empresas de energia elétrica como a Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ) e a Usina de Cachoeira Dourada.

Espanha

Dotada de amplo e moderno parque industrial moderno, uma das poucas incógnitas da sólida economia espanhola tem sido o plano de austeridade fiscal iniciada na década de 80 que apesar de estimular o desenvolvimento econômico tem gerado altas taxas de desemprego (com picos de até 22,7%) que podem comprometer a continuidade do crescimento econômico.

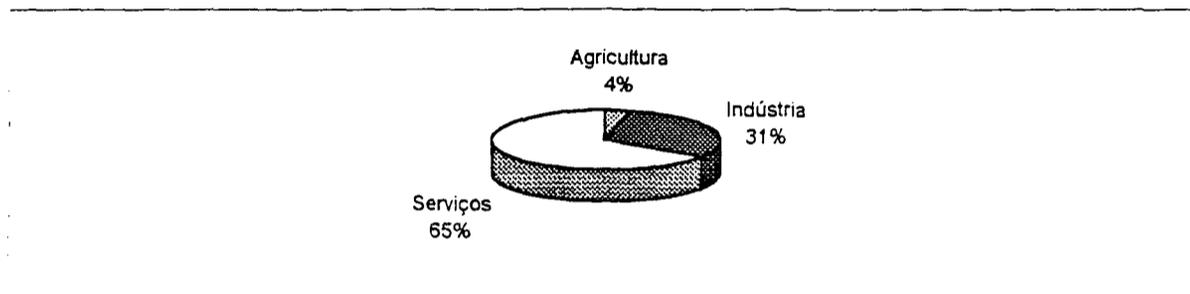
Principais Parceiros Comerciais - Espanha

% das exportações		% das importações	
França	20	França	18
Alemanha	14	Alemanha	15
Itália	09	Itália	09

Fonte: United Nations, World Statistics 1996

Na indústria, os principais setores são o automobilístico, a construção naval, química, siderurgia, têxtil, calçados e alimentícia (azeite e vinhos). O turismo é uma importante fonte de divisas: a Espanha só perde para a França, no ranking turístico mundial. No setor primário, possuem destaque a produção de trigo, cevada, batata e uva. O país também é um grande produtor de carvão (19 milhões t).

Participação no PIB por setor em 1994- Espanha



Fonte: Banco Mundial, 1996.

Fluxo bilateral de investimentos (Brasil-Espanha) em 1995 - Dos US\$ 175 milhões de investimento espanhol no Brasil, cerca de 63% dele dirige-se ao setor de serviços, sendo que bancos e companhias de seguros representam 54,89%. Cerca de um terço dos investimentos da Espanha no nosso país é alocado na indústria de transformação, sendo que 20,81% corresponde aos setores de metalurgia e farmacêutico. Nas últimas semanas, o setor financeiro brasileiro tem recebido novos fluxos de capital espanhol como a compra do Banco Noroeste pelo Santander.

No que concerne ao perfil do investimento brasileiro na Espanha, vale dizer que é apenas 1/8 do total que esta investe no Brasil. Dois terços deles (66,16%) é investido no setor bancário. Do restante, 31,3% está alocado na indústria de transformação, em particular, no setor têxtil.

Grécia

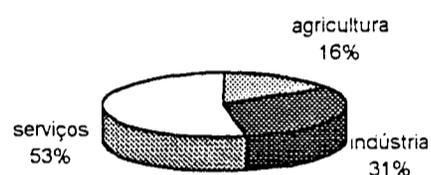
Possuidora da maior frota marítima da Europa, a Grécia tem na pesca e na marinha mercante importantes fontes de divisa. No setor primário, é grande produtora de trigo (2,3 milhões t) e de azeitonas (1,6 milhão t). Na indústria destacam-se as áreas alimentícias, têxtil, refino de petróleo, máquinas elétricas e bebidas. Os principais parceiros comerciais são Alemanha, Itália, França, Holanda, EUA e Grã-Bretanha.

Principais Parceiros Comerciais - Grécia

% das exportações		% das importações	
Alemanha	21	Itália	17
Itália	14	Alemanha	16
Reino Unido	06	França	08

Fonte: United Nations, World Statistics 1996.

Grécia - Participação no PIB por setor em 1994 - Grécia



Fonte: Banco Mundial, 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Grécia) em 1995 - Não existem registros no Banco Central dos investimentos brasileiros na Grécia, e o fluxo contrário, de investimentos da Grécia no Brasil, é próximo de zero.

Itália

Integrante do G7, a Itália possui o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo (US\$1,1 trilhão). Porém o país é um dos focos de instabilidade da União Européia na medida em que a lira sofre grandes flutuações, por questões políticas e alto endividamento público.

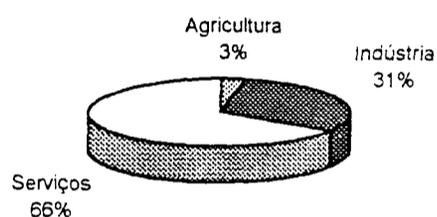
Principais Parceiros Comerciais - Itália

% das exportações		% das importações	
Alemanha	19	Alemanha	20
França	13	França	14
Estados Unidos	8	Reino Unido	6

Fonte: United Nations, World Statistics, 1996.

Na indústria, os principais setores são os de máquinas industriais (47% das exportações), têxtil (18%) e o de químicos (12%). Na agricultura, possuem destaque a produção de uva, beterraba e trigo.

Participação no PIB por setor em 1994 - Itália



Fonte: Banco Mundial. 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Itália) em 1995 - Dentro do SBAISS, a Itália ocupa o primeiro lugar em investimentos no Brasil. Com relação ao resto do mundo, é o sétimo maior investidor estrangeiro no país. A Itália tinha em 1995, cerca de US\$ 2,5 bilhões investidos no Brasil. Desse total, 91% estão alocados na indústria de transformação, com destaque para o setor de transportes - automobilístico, em particular - que responde por 51,8% do geral. As duas maiores multinacionais italianas no Brasil, a Fiat e a Parmalat, possuem juntas uma receita operacional bruta de US\$ 7,1 bilhões¹⁸.

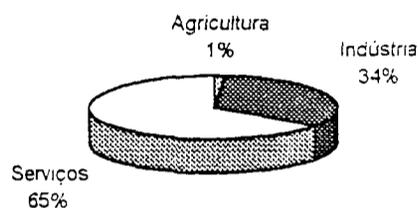
Através dos dados do Banco Central, podemos constatar que os investimentos brasileiros em território italiano são pouco significantes (US\$ 191 mil) estando na sua maioria (67%) no setor de serviços.

Luxemburgo

Com cerca de 400 mil habitantes, Luxemburgo é o menor país da UE. Destaca-se como um importante centro financeiro. Investimentos estrangeiros na indústria leve e no setor de serviços compensam o declínio da siderurgia, que já foi a indústria mais importante do país. Possui forte presença de imigrantes na sua força de trabalho, com destaque para os portugueses (9% da população) e italianos (6%). Os maiores parceiros comerciais do país são os membros da UE, com destaque para a Bélgica, Alemanha e França.

¹⁸ Revista Exame. Maiores e Melhores de 1996.

Participação no PIB por setor em 1994 - Luxemburgo



Fonte: Banco Mundial. 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Luxemburgo) em 1995 - Luxemburgo é um grande investidor no nosso país, e no conjunto dos dez países do SBA.ISS, está em segundo lugar, só perdendo para a Itália. Em junho de 1995, o país tinha um estoque de cerca de US\$ 600 milhões investidos no Brasil. Do total, 68,3% estão na área de serviços, grande parte deles em *portfolios* (47,9%). Na indústria de transformação, que representa 30,2%, destacam-se os setores de mecânica e celulose.

Cerca de 75,5% dos investimentos brasileiros em Luxemburgo (US\$ 21 milhões) estão na área de serviços, sobretudo no setor de participações e administração de bens (52,4%).

Paraguai

Estado-Parte do Tratado de Assunção, o Paraguai é membro do Mercosul desde sua formação em 1991. Seus principais parceiros comerciais são o Brasil, Argentina, EUA, Japão e Holanda. Na agricultura, destacam-se a produção de mandioca (2,6 milhões t) e açúcar (2,8 milhões t). Na indústria, destacam-se os setores de alimentação, bebidas, tabaco, madeireiro, e papel.

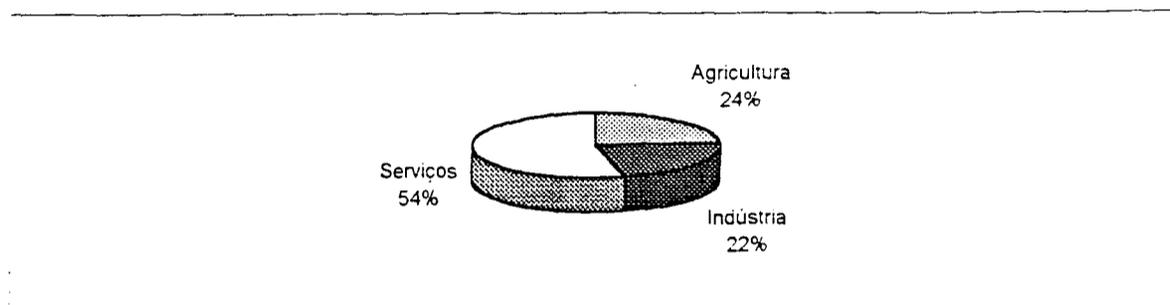
Com a entrada em vigor, em janeiro de 1995, da Tarifa Externa Comum e novas medidas adotadas pelos países limítrofes para controlar as transações fronteiriças constituem fatos importantes que podem afetar o volumoso comércio informas entre o Paraguai e seus dois grandes vizinhos, Argentina e Brasil.

Principais Parceiros Comerciais - Paraguai

% das exportações		% das importações	
Brasil	40	Brasil	25
Holanda	20	Argentina	14
Argentina	11	Estados Unidos	12

Fonte: United Nations, World Statistics 1996

Participação no PIB por setor em 1994 - Paraguai



Fonte: Banco Mundial. 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Paraguai) em 1995 - Os investimentos paraguaios em território brasileiro (US\$ 43 milhões) possuem valor próximo ao que o Brasil investe no Paraguai (US\$ 50 milhões). Os dois fluxos também possuem um perfil bastante similar, pois concentram-se na sua maioria no setor de serviços: no caso dos investimentos paraguaios (99,6%) e com relação aos do Brasil (91,7%).

Portugal

Seus principais parceiros comerciais são os países-membros da UE (Alemanha, Espanha e França). Seu PIB de US\$ 87 bilhões se concentra no setor de serviços (53,8%). Na agricultura destaca-se a produção de uva (1 milhão t) e batata (1,3 milhão t).

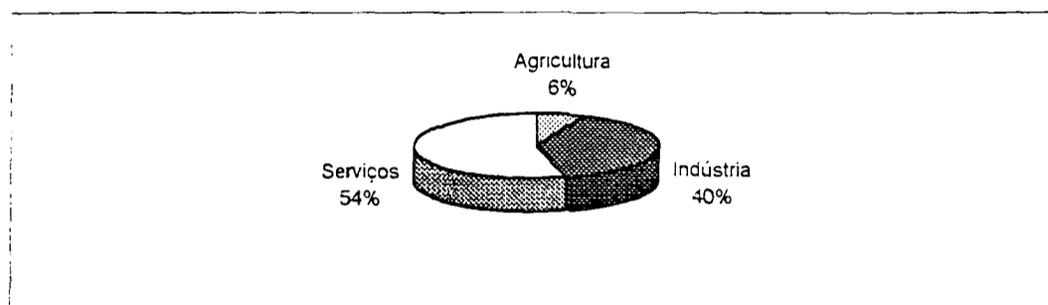
Principais Parceiros Comerciais- Portugal

% das exportações		% das importações	
Alemanha	19	Espanha	20
França	15	Alemanha	14
Espanha	15	França	13

Fonte: United Nations World Statistics. 1996.

Os principais atividades da indústria são: têxtil, vinícola, calçados, cerâmica. Admitido na CEE (atual UE) em 1986, o país tem sido beneficiado com vultosos investimentos, para que reúna condições de ingressar na União Monetária Européia.

Participação no PIB por setor em 1994 - Portugal



Fonte: Banco Mundial. 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Portugal) em 1995 - Portugal é um grande investidor no nosso país (US\$ 337 milhões) e seus investimentos concentram-se no setor de serviços (93,5%), sobretudo em bancos (33,2%) e em portfolios (54,4%).

No fluxo contrário, o Brasil tem investido em Portugal cerca de US\$ 259 milhões. Novamente, o setor de serviços responde pela maior parte, significando 71,4%, sendo que 58,4% estão alocados no setor de comércio em geral, importação e exportação.

Uruguai

Depois de um período de crescimento compreendido entre 1991 e 1994, no qual o país crescia a taxas médias anuais de 8%, a economia uruguaia se contraiu cerca de 3%, afetada por um ajuste fiscal do governo. A demanda externa de bens foi afetada também pela retração das compras argentinas, ainda que as vendas para o Brasil tenham ajudado a dinamizar alguns setores.

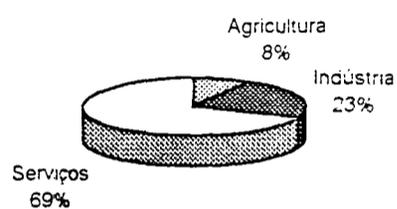
Principais Parceiros Comerciais - Uruguai

% das exportações		% das importações	
Brasil	26	Brasil	28
Argentina	20	Argentina	23
Estados Unidos	7	Estados Unidos	10

Fonte: United Nations. World Statistics, 1996.

Os principais parceiros comerciais do Uruguai são: Brasil, Argentina, Alemanha, EUA e Itália. Um importante setor da economia uruguaia é a agropecuária, ainda que sua participação venha caindo nas últimas décadas. O país produz mais de 2 milhões de toneladas de cereais por ano e possui um rebanho de cerca de 10 milhões de cabeças de gado.

Participação no PIB por setor em 1994 - Uruguai



Fonte: Banco Mundial 1996.

Fluxo Bilateral de Investimentos (Brasil-Uruguai) em 1995 - Quanto aos investimentos do Uruguai no Brasil, 55,68% do total de US\$ 145 milhões está alocado no setor de serviços, sendo que bancos e investimentos em portofólio representam 34,1%. Cerca de 28,6 % do total estão na indústria de transformação, de forma pulverizada nos setores madeireiro, químico, têxtil, alimentício e de fumo.

No que concerne ao perfil dos investimentos brasileiros no Uruguai pouco se pode inferir, já que 55% do total de US\$ 41,5 milhões está enquadrado, segundo o Banco Central, no item "outras atividades". Do restante, cerca de 19,7% deles estão na indústria de transformação e 32,7% estão alocados no setor de serviços.

Tabela 9
Investimentos e reinvestimentos estrangeiros registrados no Brasil (em US\$ 1.000)

	1991	1992	1993	1994	1995*
Argentina	35 889	49 032	60 315	97 173	116 267
Chile	~ 1 465	9 937	8 777	24 333	30 162
Espanha	141 820	168 658	199 627	209 949	236 049
Itália	1 292 845	1 227 706	1 668 385	1 603 371	1 614 303
Luxemburgo	666 677	681 415	676 193	828 382	946 398
Paraguai	52	47 274	36 393	27 268	43 464
Portugal	65 018	65 119	65 140	139 380	338 002
Uruguai	53 314	71 760	180 915	103 118	296 927

Fonte: Banco Central, Suplemento Estatístico, março 1997, p. 357.

Observações: O Banco Central não possui dados referentes ao fluxo de investimentos e reinvestimentos com relação a Cabo Verde e Grécia.

* Até junho de 1995.

Tabela 10

Fluxos Comerciais entre o Brasil e os demais países do SBAISS

Exportações e Importações (em US\$ 1.000)		1991	1992	1993	1994	1995	1996
Argentina	Exportações	1.476.170	3.039.984	3.658.780	4.135.864	4.041.136	4.727.526
	Importações	1.614.680	1.731.627	2.717.268	3.612.484	5.451.758	5.800.417
Chile	Exportações	677.253	923.514	1.110.346	998.818	1.210.470	957.998
	Importações	493.641	477.923	435.601	592.761	1.106.684	854.584
Espanha	Exportações	707.005	735.602	671.044	709.250	8.776.871	868.347
	Importações	222.999	162.231	249.212	299.517	760.492	766.545
Grécia	Exportações	143.841	142.792	97.743	193.196	217.046	174.390
	Importações	8.444	8.783	81.349	38.820	68.648	74.182
Luxemburgo*	Exportações	1.084.694	1.167.871	1.158.056	1.355.415	877.362	1.320.060
	Importações	213.467	151.943	208.061	478.053	727.090	557.514
Itália	Exportações	1.352.691	1.523.331	1.303.570	1.646.531	1.713.142	1.394.343
	Importações	792.146	872.420	1.017.371	1.964.195	2.727.046	2.432.166
Paraguai	Exportações	496.114	543.320	952.319	1.053.623	1.300.733	1.207.305
	Importações	219.586	194.999	275.698	366.547	516.198	496.314
Portugal	Exportações	223.545	257.087	270.058	302.030	412.882	302.190
	Importações	40.002	36.602	56.355	81.415	173.322	197.004
Uruguai	Exportações	337.068	514.166	775.811	731.988	811.899	743.042
	Importações	434.104	301.939	385.380	677.357	971.219	1.279.166

Elaborada a partir de Banco Central. "Suplemento Estatístico" - março 1997 e Separata "Balanço de Pagamentos Bilaterais" - agosto 1996
* Luxemburgo + Bélgica

PARTE III

Aspectos Tático-Operacionais

3.1) Países cujo ingresso no SBAISS seria recomendável

A partir da realização de um *ranking* que contém os 10 maiores em termos de imigração e emigração, de investimento estrangeiro no Brasil e volume de comércio - os principais parâmetros que justificam a realização de um acordo internacional de seguridade social - podemos inferir importantes conclusões para o SBAISS. Será a partir desse quadro, que podemos observar a presença de potenciais novos parceiros internacionais em matéria de seguridade social.

Analisando o *ranking* da página seguinte, nas colunas referentes às 10 maiores colônias de brasileiros no exterior e vice-versa, de estrangeiros no Brasil, constatamos que com cinco dos países, o Brasil já firmou acordo recíproco de seguridade social. Na coluna referente a “Investimento Estrangeiro no Brasil”, apenas um país, a Itália (na sétima posição), faz parte do SBAISS. Com relação ao item “volume de comércio”, dois países do SBAISS aparecem: Argentina (em segundo lugar) e novamente Itália (em quinto).

O primeiro aspecto que podemos inferir então desta tabela é que o SBAISS é muito representativo no que tange aos aspectos demográficos. Em contrapartida, no que concerne ao contexto da atual economia globalizada, o SBAISS não reflete em sua estrutura, importantes países com os quais o Brasil mantém intensas relações econômicas internacionais. São eles: Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Tabela 14
Posições no Ranking

	<i>Brasileiros no exterior</i>	<i>Estrangeiros no Brasil</i>	<i>IDE no Brasil</i>	<i>Comercio</i>
1)EUA	1º	4º	1º	1º
2)Japão	3º	2º	3º	4º
3)Alemanha	6º	6º	2º	3º

Tabela 11

Ranking dos 10 maiores em Colônias Recíprocas; Investimento e Volume de Comércio

	Colônia Brasileiros no Exterior	Colônia de Estrangeiros no Brasil	Investimento Estrangeiro no Brasil	Volume de Comércio
1	EUA	Portugal	EUA	EUA
2	Paraguai	Japão	Alemanha	Argentina
3	Japão	Itália	Japão	Alemanha
4	Argentina	Espanha	Reino Unido	Japão
5	Itália	EUA	França	Itália
6	Alemanha	Alemanha	Holanda	Holanda
7	Portugal	Argentina	Itália	Reino Unido
8	Uruguai	Chile	Suíça	França
9	Suriname	Uruguai	Canadá	China
10	Austrália	Coréia	Suécia	Coréia do Sul

Observação : Os países cuja grafia está em itálico representam as nações com as quais o Brasil já possui acordo.

Fonte:

Boletim do Banco Central do Brasil, junho 1997, Intercâmbio Comercial
 Ministério das Relações Exteriores "Censo de Brasileiros no Exterior"
 Departamento de Polícia Federal
 Ministério da Indústria e Comércio

1) Estados Unidos

Aparecendo em primeiro lugar em três colunas, os EUA são a nação que mais comercializa e investe no Brasil e a que possui a maior colônia de brasileiros no exterior (598.526) que constitui 38,3% de toda população brasileira que vive fora do país¹⁹ e que representa 0,22% da população norte-americana²⁰. No que concerne ao população de norte-americanos em território brasileiro, ainda que dezessete vezes menor que a de brasileiros nos EUA, não deixa de ser significativa, pois representa um contingente de 34.742 pessoas.

Os EUA são o principal destino das exportações brasileiras, absorvendo cerca de 20,6% do que produzimos. Também são a principal origem de nossas importações (21,4%). Devido a abertura da economia brasileira iniciada em 1990, que reduziu de forma bastante acentuada as alíquotas de importação, as vendas do externas dos EUA para o Brasil aumentaram cerca de 80%, passando de US\$ 3,5 bilhões para US\$ 6 bilhões. Os EUA são também o país que mais investe no Brasil e segundo dados da Câmara de Comércio Americana, o número aproximado de subsidiárias e afiliadas de empresas americanas no Brasil é de 580.

2) Japão

O Japão também se apresenta como um país que reúne condições suficientes para ingressar no SBAISS, porque em todos os critérios analisados, ele sempre aparece entre as três primeiras posições. É o segundo país em colônia de estrangeiros no Brasil; terceiro em colônias de brasileiros no exterior e em investimento estrangeiro; e quarto em volume de comércio com o Brasil. A comunidade brasileira de cerca de 200 mil pessoas já representa 0,16% da população japonesa²¹, sendo a terceira maior colônia de estrangeiros no Japão depois dos coreanos (0,5%) e dos chineses (0,2%). O grande contingente de brasileiros inclusive acabou demandando ao Itamaraty a ampliação da rede consular naquele país. Atualmente, o fluxo migratório Brasil-Japão é o terceiro maior do Brasil, sendo superado apenas pelos fluxos em direção aos Estados Unidos e ao Paraguai.

Segunda potência econômica do planeta, com um PIB de 4,5 trilhões de dólares, o Japão é o terceiro maior investidor direto em nosso País, com um estoque de US\$ 6,9 bilhões aqui investidos, ou 9,45% do total do investimento estrangeiro no Brasil, tendendo a se transformar em um parceiro cada vez mais sólido. Das 648 empresas com participação japonesa instaladas no País, 351 têm mais de 50% de capital japonês.²²

¹⁹ 1.560.162 de pessoas, segundo o Ministério das Relações Exteriores.

²⁰ 261 milhões de pessoas segundo o Banco Mundial.

²¹ 125 milhões em 1994, segundo o Banco Mundial

²² Revista da Confederação Nacional da Indústria, ano 28, n. 290, agosto 1995

Tabela 12
Exportações Brasileiras
 (janeiro a março 1997)
 (10 principais Países de Destino e participação em %)

1	EUA	20,6
2	Argentina	12,4
3	Holanda	6,5
4	Japão	6,1
5	Alemanha	4,9
6	Itália	3,5
7	Bélgica-Luxemburgo	2,8
8	Reino Unido	2,7
9	Paraguai	2,6
10	Chile	2,2

Fonte: "Balança Comercial Brasileira" - março 1997. SECEX, Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo

Tabela 13
Importações Brasileiras
 (janeiro a março 1997)
 (10 principais Países de Origem e participação em %)

1	EUA	21,4
2	Argentina	13,2
3	Alemanha	8,2
4	Japão	5,8
5	Itália	5,4
6	França	2,9
7	Coréia do Sul	2,4
8	Reino Unido	2,3
9	Arábia Saudita	2,2
10	México	2,0

Fonte: idem

3) Alemanha

No sexto lugar, a Alemanha apresenta uma significativa população de alemães no Brasil e vice-versa, ainda que em proporção menor se comparada aos EUA e Japão. Dessa forma, apesar de estar em posição superior com relação ao Japão no que se refere aos itens de investimento e comércio, os dados migratórios possuem evidentemente maior peso no que tange a um acordo bilateral de previdência. Estima-se que dos 157 milhões de brasileiros, aproximadamente 5,5% deste total possuem descendência direta alemã. Possui US\$ 7,8 bilhões de dólares investidos no Brasil, sendo o segundo maior investidor no Brasil e é o nosso terceiro maior parceiro comercial. São mais de 1200 empresas alemãs aqui instaladas e que geram 450 mil empregos diretos²³. No cenário internacional, a Alemanha é a principal potência econômica da Europa, com um PIB de cerca de US\$ 2 trilhões.

Os investimentos da Alemanha, da ordem de US\$ 7,8 bilhões, fazem com que este país o segundo principal investidor estrangeiro no Brasil. A maior parte desses investimentos concentra-se na indústria de transformação (89,3%). Isto indica que a economia brasileira está se valendo nos últimos anos, para aprofundar seu perfil industrial, da parceria com a Alemanha, e por outro lado, que a Alemanha tem encontrado no ambiente brasileiro uma boa oportunidade de ampliação da sua atuação no campo econômico internacional.

Outros Países

Um segundo grupo de países que também deve merecer atenção em caso de uma expansão do SBAISS são: Reino Unido, França, Holanda, Suriname, Austrália, Coreia do Sul e China. Os três primeiros são grandes investidores no Brasil e importantes parceiros comerciais do nosso país. Verificam-se também crescentes ingressos de trabalhadores destas nacionalidades no nosso país (ver tabela 8). Suriname e Austrália, por sua vez, possuem importantes colônias de brasileiros no exterior. Junto com EUA, Alemanha e Japão um acordo de seguridade com os dois países contemplaria a existência de acordos bilaterais com todos os 10 países que possuem as maiores populações de brasileiros no exterior, já que atualmente possuímos convênios com exatamente a metade deles.

Dois outros países também merecem atenção por parte do SBAISS: Coreia do Sul e China. Os dois estão entre os 10 maiores parceiros comerciais do Brasil e que possuem um expressivo fluxo migratório para o nosso país. Com relação à Coreia, dados não oficiais estimam que já existe uma colônia de 40 mil coreanos no Brasil, em particular em São Paulo. No que se refere à China, como vimos na tabela 8, esta nação integra a nova onda migratória em direção ao Brasil, estando entre os cinco mais principais países de origem dos recentes trabalhadores estrangeiros no Brasil.

²³ Este dado, bem como o do número de empresas, são de: Guimarães, S. e Banderia, Moniz (orgs.). Brasil e Alemanha: A construção do Futuro. IPRI. São Paulo, 1995.

3.2) A seguridade social no Plano Multilateral: As experiências da UE e do Mercosul

Na primeira parte do trabalho já tivemos a oportunidade de constatar que a seguridade social não é alheia aos processos de integração regional e globalização que são verificados na atualidade. Os processos de integração vão requerer movimentos da população trabalhadora. Daí surge uma primeira demanda de resguardar o direito dessas pessoas frente às contingências sociais, de modo que esse tráfego num espaço geográfico mais amplo que o nacional de origem não constitua um impedimento à manutenção de seus direitos e à própria circulação da população.

De outro lado, a globalização facilita os movimentos de capital, de serviços e de comércio, criando um ambiente econômico mundial cada vez mais competitivo no qual a formação dos custos de produção resulta decisiva no momento do estabelecimento de regras razoáveis para uma concorrência leal - sendo a seguridade social um dos elementos determinantes desses custos de produção.

Os processos de internacionalização da seguridade social costumam articularem-se em torno de duas idéias essenciais²⁴: harmonização das legislações, na sua expressão mais abrangente, ou de modo mais atenuado, na coordenação dessas legislações para sua aplicação num âmbito territorial delimitado, e como forma de assegurar a proteção dos direitos de seguridade social dos trabalhadores migrantes nesse espaço territorial.

A coordenação dos acordos bilaterais de seguridade em direção a um plano multilateral constitui um dos maiores desafios da seguridade social. Isto porque está em jogo uma harmonização de uma ampla gama de disposições nacionais em matéria de seguridade social que decorrem de uma série de características específicas de cada país; por exemplo, das relações entre Estado e Sociedade, do método de financiamento²⁵, do mercado de trabalho, da organização das relações profissionais, do juízo de equidade, da velhice e da própria estrutura demográfica.

Analisando-se o exemplo da União Européia (UE), verificamos que as disposições comunitárias de segurança social não substituem os diferentes sistemas

²⁴ Cf. Tamagno, Edward, "Coordinación de la Seguridad Social entre Países Desarrollados y en Desarrollo" em: Revista Internacional de Seguridad Social (1/94) e Corrales, Heraclio, "Os Processos de Integração Regional e o Código Ibero-americano de Seguridade Social" em: MPAS/CEPAL, A Seguridade Social e os Processos de Integração Regional.

²⁵ Há que se ressaltar que, apesar de existirem dois grandes métodos de financiamento em seguridade social - repartição simples e capitalização -, cada um deles passa a apresentar inúmeras variações à medida que adotados pelos países. Também é importante mencionar que a gravitação das nações em torno dos regimes de repartição e capitalização reflete escolhas que foram feitas dentro de panoramas globais e que distam de limitarem-se a uma mera arbitragem técnica entre dois métodos de financiamento.

nacionais de segurança social por um único sistema europeu²⁶. Semelhante harmonização não seria possível, devido a grande divergência dos níveis de vida entre os 18 estados que pertencem à União Europeia e ao Espaço Económico Europeu. Na UE, os sistemas de financiamento da seguridade social são marcados por distintas técnicas e se dão em marcos institucionais extremamente variados. A clássica distinção entre repartição e capitalização engloba na realidade quatro tipos de regimes que correspondem, por sua vez, a formas de regulação bastante diferentes. Além disso, mesmo os Estados onde o nível de vida é semelhante têm sistemas de segurança social diferentes, que são resultado de longas tradições profundamente enraizadas nas preferências e cultura nacionais.

Neste que é o processo de integração regional mais avançado do globo, observou-se não ser necessário substituir os sistemas nacionais - largamente aceites e aprovados pela população - por um sistema comum. No lugar da harmonização dos sistemas nacionais de seguridade social, os países europeus procederam a uma simples coordenação desses sistemas. Porém não foi um processo rápido. Por exemplo, em 1990, para a aprovação do Código Europeu de Seguridade Social foram necessários mais de 14 anos, mesmo sendo apenas a revisão de um Convénio preexistente.

Tal coordenação significa que cada Estado-Membro pode decidir livremente quem está seguro nos termos da sua legislação; quais as prestações concedidas e em que condições; como são calculadas essas prestações e quantas cotizações devem ser pagas. As disposições comunitárias estabelecem regras e princípios comuns que todas as autoridades, instituições de seguridade social e tribunais nacionais devem respeitar quando aplicam a legislação nacional. Ao fazê-lo, garantem que a aplicação das diferentes legislações nacionais não prejudique as pessoas que exercem o seu direito de circular e permanecer no interior da UE ou do Espaço Económico Europeu (EEE).

Como vemos, o sistema de Seguridade e Saúde na UE funciona com base no princípio da subsidiariedade, no qual o trabalhador de um país da UE que esteja trabalhando em outro país comunitário que não o seu de origem tem acesso aos mesmos benefícios sociais garantidos aos mesmos benefícios sociais garantidos aos cidadãos daquele país, sem qualquer tipo de discriminação. Nesse sentido, a proposta do Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, cuja aprovação ainda não foi acordada, aproxima-se bastante da experiência europeia nessa área²⁷. Mediante esse Acordo Multilateral do Mercosul, o trabalhador poderá obter um benefício, nos termos da legislação nacional do país em que se encontre, computando para tal fim o tempo de filiação previdenciária acumulado nos demais países.

²⁶ O serviço de Publicações da Comissão Europeia editou uma obra bastante esclarecedora acerca da seguridade social no âmbito da UE, denominada: "O seus Direitos de Seguridade Social quando se Desloca na União Europeia".

²⁷ Cf. Pereira, Lia V. e Brandão, António (orgs.), Mercosul: Perspectivas da Integração.

Criado em 1991, o Mercosul como o próprio nome diz, almeja a formação de um mercado unificado entre seus Estados-Partes, o que implica na livre circulação de mercadorias, serviços e fatores de produção (trabalho e capital). Contudo, o Mercosul de 1995 não cumpriu, como preestabelecido, os critérios para a formação do mercado comum. Desde sua criação, os avanços mais significativos estão se dando no âmbito da liberalização do comércio intra-regional e ao estabelecimento de uma tarifa externa comum - mesmo assim com uma série de exceções, o que nos leva a classificar o Mercosul como uma união aduaneira ainda imperfeita.

O processo de identificação de assimetrias e os esforços para buscá-las, verificado intensamente na fase de criação da zona de livre-comércio para harmonização de tarifas alfandegárias e restrições não-tarifárias, foi transplantado para o campo das relações de trabalho discutidas no Subgrupo 11 do Mercosul.

Nesse sentido, o atraso na aprovação do Acordo Multilateral do Mercosul apenas acompanha os adiamentos na conclusão da Zona de Livre Comércio, seguindo uma linha de pensamento na qual a harmonização das legislações do Trabalho e da Previdência Social só deva ocorrer de fato no momento em que o Mercado Comum já esteja suficientemente consolidado. Cabe ressaltar que os atuais prazos para o término da implantação da Zona de Livre Comércio é 31/12/2000 e de 31/12/2005 para a conclusão da União Aduaneira.

No que tange à cooperação inter-regional entre o Mercosul e a União Européia, esta encontra-se ainda em um estágio embrionário, apesar de importantes passos já terem sido dados no sentido de acelerá-la. Em dezembro de 1995, como resultado de um trabalho de aproximação que já durava alguns anos, o relacionamento entre o Mercosul e a UE ingressou em uma nova etapa quando, em dezembro de 1995, foram assinados o Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação e a Declaração Política Conjunta.

O Acordo Quadro entrará em vigor somente quando houver sido ratificado pelos quinze membros da UE e pelos quatro Estados-partes do Mercosul. Como tal processo exigirá que o texto seja submetido aos parlamentos das dezenove nações envolvidas e ao Parlamento Europeu, adotaram-se procedimentos que permitirão à Comissão Européia e ao Mercosul, já iniciarem os trabalhos referentes à esfera comercial. Dessa forma, outros temas, entre eles seguridade social, ainda não serão tratados neste primeiro momento.

Apesar dos dois blocos regionais possuírem agora um arcabouço de cooperação de abrangência virtualmente ilimitada, contudo não foi marcada nenhuma data para o advento de uma Associação Inter-regional, que por sinal seria a primeira da História. Isto em parte se deve ao fato de que ambos os blocos possuem uma pesada agenda

comercial que não dá margem, por enquanto, à cooperação social, apesar da vontade política expressa nos dois atos aos quais nos referimos .

3.3) O Código Ibero-americano de Seguridade Social

Como resultado de cinco Cúpulas Ibero-americanas de Chefes de Estados e de Governo, o Código Ibero-americano de Seguridade Social, aprovado em setembro de 1995 pela unanimidade dos representantes dos países, constitui uma importante instrumento em direção a uma maior convergência dos sistemas de seguridade social dos Estados signatários. Foi o Acordo de Seguridade Social celebrado em julho de 1992 em Madrid que ordenou a sua elaboração. Nesse contexto, esse Acordo internacional, de caráter especificamente latino-americano, constitui uma novidade histórica para a região no que concerne ao campo da seguridade social.

O Código apresenta normas que são basicamente de alcance harmonizador e de convergência legislativa. Sua estrutura incorpora um preâmbulo, no qual são explicitados os fins do código, seus fundamentos e antecedentes; uma primeira parte, que registra os princípios fundamentais em que se apóia o código e que servirá à interpretação e aplicação de sua parte dispositiva ; uma segunda parte, contendo as próprias normas de seguridade social, que incorpora um índice temático e uma descrição das prestações que integrarão o conteúdo protetor do código; e uma terceira parte, destinada aos procedimentos de controle, para os efeitos, já em forma articulada, de se responder a um critério de flexibilidade, em consonância com uma realidade plural e diversa como é a latino-americana.

Segundo Heraclio Corrales Romeo, Secretário-Geral da Organização Ibero-americana de Seguridade Social, o Código possui uma estrutura similar a de outros textos internacionais de natureza semelhante, porém apresenta diferenças notáveis no que se refere: à amplitude do seu conteúdo; à incorporação de formas declarativas junto a outras dispositivas; e, por último no que concerne à utilização intensa de opções e alternativas de compromisso - em consonância com seu caráter flexível, marcado pela preocupação constante de estabelecer critérios realistas para a coordenação dos sistemas de seguridade social ibero-americanos.

Em resumo, podemos apontar como características essenciais do Código Ibero-americano as seguintes: é uma norma internacional de seguridade social própria para os países iberoamericanos ; procede, em sua origem, de uma iniciativa da região, que busca dispor de um acordo internacional especificamente adaptada à realidade Iberoamericana e como tal, constitui mais do que um mero conjunto de declarações, ao conter vínculos para os Estados que a ratifiquem.

É uma norma ambiciosa na medida em que pretende servir tanto à formação progressiva de um mínimo comum de proteção dos diferentes sistemas nacionais de

seguridade social, como de instrumento de coordenação de tais sistemas para a proteção de direitos sociais das populações migrantes. O Código prevê a existência de um consenso com relação às prestações no que se refere à: assistência médica, velhice, desemprego, acidentes de trabalho e doenças profissionais, família, maternidade, invalidez, sobrevivência e serviços sociais.

Serão entendidas como cumpridas as prestações acima quando, segundo as fases de aplicação pessoal progressiva estabelecidas no Código²⁸, as pessoas protegidas compreendam:

a) Na *primeira* fase:

- i) categorias determinadas de trabalhadores assalariados que, no total, constituam, pelo menos, 40 por cento de todos os trabalhadores assalariados; ou
- ii) categorias determinadas da população economicamente ativa (PEA) que, no total, constituam, pelo menos, 30 por cento de toda a população de toda a PEA.

b) Na *segunda* fase:

- i) categorias determinadas de trabalhadores assalariados que, no total, constituam, pelo menos, 50 por cento de todos os trabalhadores assalariados, ou
- ii) categorias determinadas da PEA que, no total, constituam, pelo menos, 40 por cento de toda a PEA.

c) Na *terceira* fase:

- i) categorias determinadas de trabalhadores assalariados que, no total, constituam, pelo menos, 60 por cento do conjunto; ou
- ii) categorias determinadas da PEA que, no total, constituam, pelo menos, 50 por cento de toda a PEA.

Desse modo, o Código Ibero-americano é um instrumento que certamente influirá na aproximação dos sistemas de proteção social em sua evolução futura. Nesse sentido, os Estados e seus respectivos sistemas de seguridade social compartilham, ainda que em diferentes graus de intensidade, problemas e condicionantes comuns.

²⁸ Código Ibero-Americano de Seguridade Social. Neste Capítulo II, o Código é bastante flexível, não fixando, por exemplo, datas para o cumprimento dessas disposições. Fica claro para os Estados que ratificarem o Código que o cumprimento desse Capítulo se dará de acordo com as possibilidades econômicas de cada momento e do nível da capacidade assistencial de cada país.

Assim, constituem fenômenos gerais: 1) as exigências de ajuste das políticas econômicas, traduzidas na redução do papel do setor público e seu déficit; 2) as transformações do mercado de trabalho, com generalizada elevação das taxas de desemprego; 3) a revisão da carga financeira e/ou dos mecanismos de financiamento de proteção social; e 4) o envelhecimento demográfico da população. Tais processos inevitavelmente suscitam novos e maiores desafios e pressionam fortemente sobre o gasto que se destina à proteção social.

Dessa forma, o conjunto acima de condicionantes comuns aliado à necessidade de articulação de mecanismos de coordenação dos sistemas de seguridade social e de aproximação dos mesmos, facilitaram a efetividade dos processos de integração regional que se observam na América Latina. O Código Iberoamericano de Seguridade Social visa então acompanhar o fenômeno de regionalização, buscando a formação progressiva de um espaço social na América Latina.

O Código então avança rumo ao complexo processo de coordenação dos regimes de seguridade social na América Latina. Desse modo, está começando a abrir um importante caminho para o SBAISS na medida em que, quando no futuro o Brasil tenha interesse em expandir sua rede de acordos internacionais no continente latino-americano, os primeiros esforços de harmonização já terão sido feitos.

A Secretaria Geral da OISS exercerá funções de Órgão de Apoio ao Código, servindo de ligação entre a Cúpula Ibero-Americana e os Estados. A OISS será encarregada de desempenhar tarefas de apoio que possibilitem a aplicação do Código, com vista ao seu normal funcionamento, bem como de receber os instrumentos de ratificação.

3.4) Parâmetros para a negociação de novos acordos de seguridade social

A partir dos dados levantados nas seções anteriores sobre os atuais e potenciais países com os quais o Brasil mantém acordos de seguridade social pode-se identificar um conjunto de indagações para guiar as futuras negociações. Três tipos de questionamentos deveriam ser realizados: a) institucionais; b) profundidade do relacionamento econômico-social; c) dinamismo do fluxo de transações entre os dois países.

Como primeira parte do questionamento convém questionar o dinamismo do relacionamento entre os países considerados. O período a ser levantado é o último quinquênio, onde se tenta observar alterações na evolução das taxas de crescimento, para anotar novos patamares de relacionamento. Assume-se que recentes taxas elevadas destas variáveis vão influir sobre a futura estrutura da presença de cada país/nacionalidade na economia ou população do outro país.

I) Dinamismo do Fluxo de Transações entre os Dois Países:

a) Taxas de Crescimento anuais no último quinquênio:

- migração mútua
- comércio bilateral
- investimentos recíprocos
- transporte (volume ou número de linhas)
- solicitação de visto de trabalho
- solicitação de naturalização
- turismo

b) Casos de Emergência Consular:

- recusa de vistos
- prisões/expulsões
- internação hospitalar
- traslados

Como segunda parte do questionamento sobre a possibilidade de realizar um acordo de seguridade social deve-se analisar o sistema institucional do país sondado e suas diferenças ou semelhanças com o sistema brasileiro. Entre os pontos a serem analisados podemos destacar:

II) Característica do Sistema de Seguridade Social

a) definição de Seguridade Social

- Previdência
- Saúde
- Assistência Social

b) responsabilidades

- setor público
- setor privado

c) tipo de benefício e cobertura

- aposentadoria
- pensão
- auxílio-doença
- idade
- classe de renda

d) acesso

- gratuito
- contribuição limitada
- contribuição plena

e) financiamento

- impostos gerais
- impostos específicos
 - folha de pagamento
- contribuição individual
- outras fontes

f) sistema de remuneração

- repartição simples
- capitalização
 - coletiva
 - individual

- g) valor do benefício básico
 - limitado
 - integral em relação a renda anterior
- h) Classificação frente ao Acordo Ibero-Americano da OISS
 - atende
 - não atende
- i) Reforma do Sistema de Seguridade
 - tipo
 - data de implementação
- j) Como o sistema de seguridade do país estrangeiro funciona quando o trabalhador vai para o exterior:
 - Benefícios concedidos;
 - Categorias profissionais que abrange.

O terceiro conjunto de critérios ou parâmetros está relacionado com o relacionamento econômico e social entre os dois países e/ou grupo de países. Estes indicadores demonstram a intensidade e permanência de laços entre as economias, incentivando a transferência de bens, capital e mão-de-obra. Por último, tenta-se identificar fatores estruturais que contribuem para a evolução do relacionamento.

III) Profundidade do relacionamento Econômico e Social entre os Países:

- a) Posição Geográfica
 - vizinho
 - na região de interesse
- b) Características gerais da população em cada país
(anotar principais diferenças e similitudes)

estrutura por gênero
estrutura por nível educacional
estrutura rural/urbana
estrutura por ocupação econômica

c) Características gerais da economia de cada país:
(anotar principais diferenças e similitudes)

- estrutura por atividade econômica
- estrutura governamental
- estrutura do comércio exterior
- estrutura da propriedade - participação capital estrangeiro
- estrutura do balanço de pagamento:
movimento de capitais e reservas internacionais
- taxa de crescimento do produto
- renda per capita
- equilíbrios macroeconômicos:
(câmbio, juros e resultado fiscal)

d) Características gerais do relacionamento entre os países:

d.1) População Residente de cada nacionalidade nos outros países

Indicadores:

- número total
- como percentagem da população estrangeira
- como percentagem da população total
- como percentagem da população migrante do país de origem
- como percentagem da população total do país de origem

d.2) Legislação de migração e/ou movimento de mão de obra entre os países

- tipo de acesso (limitado/aberto)
- acordos bilaterais para reconhecimento de diplomas
- acordos bilaterais para exercício de profissão
- acordos bilaterais para direitos de cidadania
- regras de cada país quanto a naturalização de estrangeiro:
(prazo/condições)
- aceita a binacionalidade de seus cidadãos

d.3) Estoque de investimento estrangeiro no país

- valor total
- como percentagem do investimento estrangeiro no país
- como percentagem do investimento no exterior do país de origem
- tipo de investimento: direto ou em carteira de ações

d.4) Estrutura do Comércio Exterior e Financeiras entre os países

- Valor do comércio
- Participação no total do comércio de cada país
- Principais Produtos - manufaturados vs agrícolas
- Meios de Transportes - acordos bilaterais
- Legislação Financeira/Cambial
- Montante das Dívidas recíprocas e formas de endividamento
- Participação no valor total da dívida externa de cada país
- Transferências privadas e públicas

Concluindo , caso seja necessário apontar alguma ponderação entre estes fatores, pode-se anotar que a análise dos itens I e III são importantes para identificar possíveis parceiros para acordos na área de seguridade social. porém é decisiva a avaliação das questões do item II, que possibilitará o diálogo entre os gestores do sistema de seguridade.

Conclusões

Diversos fatores, a partir da década de 80, fizeram com que o Brasil deixasse de ser um país de imigração para tornar-se também um país de emigração. Diversas razões de ordem doméstica, como as sucessivas crises econômicas de um passado recente, e de ordem mais geral, como o imenso avanço das comunicações, permitem um acesso mais fácil a oportunidades de trabalho fora do Brasil.

Uma fonte de pesquisa relevante foi o censo de brasileiros no exterior realizado recentemente pelo Ministério das Relações Exteriores fazendo uso de sua rede de embaixadas e consulados. O levantamento realizou-se com base em recenseamentos locais, dados e estimativas dos serviços de imigração, matrículas consulares, participação em eleições, teses e trabalhos acadêmicos e fontes complementares. Dessa forma, foi apurada a existência de aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros vivendo no exterior, cifra superior à população de vários estados do Brasil. Calcula-se que as remessas dos emigrantes brasileiros somam anualmente, algo em torno de US\$ 4 bilhões²⁹.

Para o Ministério das Relações Exteriores, em discurso do Ministro Luiz Felipe Lampreia³⁰, a tendência previsível nos próximos anos com relação aos fluxos emigratório brasileiros, é de consolidação dessas comunidades, que começam a participar intensamente da vida econômica e social de muitas cidades e regiões no exterior e parecem estar destinadas a durar.

Por outro lado, nos últimos anos o país vem recebendo vultosos investimentos estrangeiros, e junto eles a migração crescente de trabalhadores estrangeiros, que, como vimos, triplicou nos últimos quatro anos.

Quanto ao SBAISS podemos concluir que reflete laços históricos e de fluxos populacionais, sendo representativo no que tange aos aspectos demográficos. Em contrapartida, o SBAISS não está refletindo em sua estrutura, importantes países com os quais o Brasil mantém intensas relações econômicas internacionais.

No que concerne à análise de possíveis países que deveriam passar a integrar o SBAISS apresentamos dois grupos de nações. O primeiro abrange EUA, Alemanha e Japão, que por razões já apresentadas, deveriam entrar para o SBAISS, por atenderem com intensidade todos os critérios para a realização de um Acordo Internacional de Seguridade (colônias de nacionais recíprocas, comércio e investimentos bilaterais, etc). Um segundo grupo de países já não atendem com intensidade o critério migratório, contudo firmam-se como importantes parceiros econômicos do Brasil, o que

²⁹ Barros, Sebastião do Rego, "A nova política aos brasileiros no exterior", p. 107.

³⁰ Em palestra proferida em outubro de 1996 "O Brasil e o mundo no século XXI"

certamente inclusive deverá elevar o intercâmbio de nacionais entre os países. São eles: Reino Unido, França, Holanda, Coreia do Sul e China.

Outro ponto examinado, seria a viabilidade da realização de acordos internacionais de seguridade entre as atuais associações regionais, sobretudo entre o Mercosul e União Européia. Verificamos que diversos fatores impossibilitam a feitura de um acordo de seguridade nesse molde no presente momento. As dificuldades derivam desde os percalços do Mercosul em se tornar definitivamente um mercado comum, até a pesada agenda de negociações comerciais dos dois blocos, o que certamente contribui para deixar o tema da seguridade social para ser discutido *a posteriori*.

Na última parte do trabalho, procuramos estabelecer parâmetros que sirvam de orientação para os negociadores de novos acordos internacionais de seguridade. O modelo de questionário apresentado auxiliará no processo decisório nessa área na medida que contém as principais indagações que devem ser feitas no momento da negociação e servirão para indicar se a assinatura de um acordo bilateral com um dado país poderá ser viável ou não. Conforme foi visto, a possibilidade de coordenação entre diferentes sistemas de seguridade é um fator indispensável para que um acordo internacional atenda satisfatoriamente aos objetivos que se propõe.

Por último, devemos anotar o momento histórico de debate e implementação de reformas dos sistemas de Seguridade Social em vários países, a começar pelo caso brasileiro. Mesmo sendo difícil caracterizar todos os processos de reforma em diferentes países, pode-se constatar a transformação destes sistemas de regimes gerais, públicos e de repartição simples para regimes individuais, privados e de capitalização. Assim, o SBAISS deve considerar como e quais grupos da população serão transferidos de um regime para outro e, principalmente, como dar flexibilidade à movimentação de fundos acumulados pelos indivíduos entre países.

Bibliografia

- Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central. Suplemento Estatístico. março 1997
- _____. Separata "Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil", abril 1996.
- _____. Separata "Balancos de Pagamentos Bilaterais". agosto 1996.
- _____. "Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil' Investimentos Brasileiros no Exterior", FIRCE/CONAP, julho 1997.
- Barros, Sebastião do R., "A nova política aos brasileiros no exterior", em: Política Externa, vol. 5, n. 3, Jan-fev 1997, pp.106 a 114.
- Bos, Eduard *et al.*, "World Population Projections", World Bank, 1995.
- Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE), "América Latina: Proyecciones de Población 1950-1050" em: Boletín Demográfico . ano XXX, n. 59, 1997.
- Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Estudio Económico de América Latina e Caribe (1995-96), Nações Unidas, Santiago, Chile, 1996.
- _____, Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 1996, Nações Unidas, 1997.
- Comissão Europeia, Os seus direitos de Segurança Social quando se desloca na União Europeia, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais, 1997.
- Dauster, Jorio. "Mercosul e União Europeia" em: Política Externa, vol. 4, n. 4, março-maio 1996
- Folha de S. Paulo, "Nova Onda Imigratória", p.3-5, 13/07/97.
- Guimarães, S. e Bandeira, M. (orgs), Brasil e Alemanha: A construção do futuro, IPRI, São Paulo, 1995.
- International Labour Organization (ILO), World Employment 96/97 National Policies in a Global Context, Genebra, 1996.
- Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo, Balança Comercial Brasileira SECEX, Brasília, março 1997.
- Ministério das Relações Exteriores, Relatório Consular "Censo de Brasileiros no Exterior", 1996.

Ministério da Previdência e Assistência Social(MPAS) e CEPAL, A Seguridade Social e os Processos de Integração Regional. Seminário Internacional. Brasília, 1996.

_____, A Transição Demográfica e a Reforma da Previdência Social. Seminário Internacional, Brasília, 1996.

Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS). Texto do Código Ibero-Americano de Seguridade Social.

Patarra, Neide (coord.) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo, UNICAMP/FNUAP, São Paulo, 1995.

Pereira, Lia V. e Brandão, Antônio (orgs), Mercosul: Perspectivas da Integração, FGV, Rio de Janeiro, 1996.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório do Desenvolvimento Humano , 1997.

Rezek, J. Francisco, Direito Internacional Público, Ed. Saraiva. São Paulo, 1991.

World Bank, World Development Report, Oxford Univesity Press, 1996

_____, Social Indicators of Development, John Hopkins University Press, 1996.

United Nations, Demographic Yearbook , New York, 1993

_____, Statistical Yearbook, Forty-first issue, New York, 1996

_____, World Statistics Pocketbook, New York, 1996.

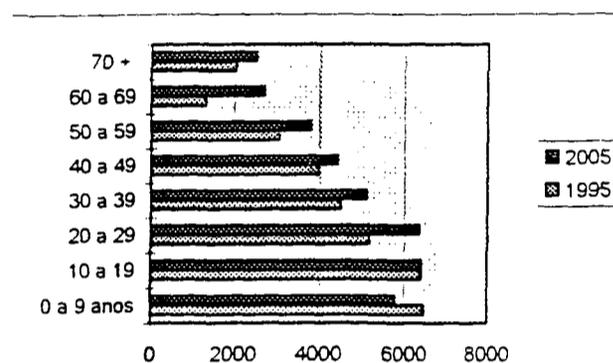
Tamagno, Edward, "Coordinación de la Seguridad social entre países desarrollados y en desarrollo" em: Revista Internacional de Seguridad Social, vol 47, 1/94, Asociación Internacional de la Seguridad Social, Genebra, 1994.

ANEXO ESTADÍSTICO

Argentina

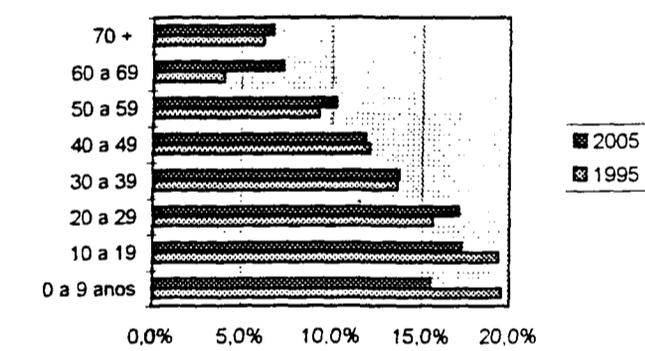
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	6477	5786
10 a 19	6426	6444
20 a 29	5180	6381
30 a 39	4515	5125
40 a 49	4004	4423
50 a 59	3077	3810
60 a 69	1346	2726
70 +	2069	2530
	33094	37225



Em Porcentagem da População

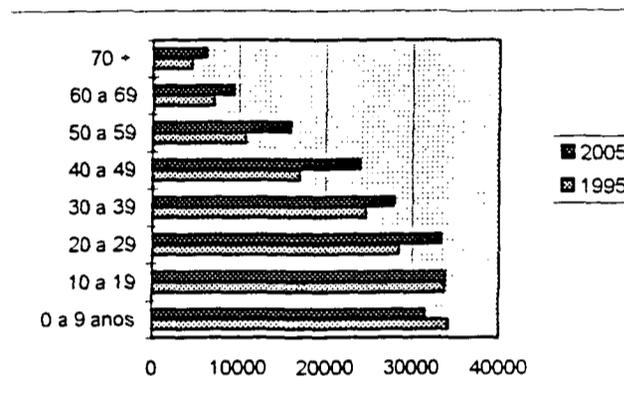
	1995	2005
0 a 9 anos	19,6%	15,5%
10 a 19	19,4%	17,3%
20 a 29	15,7%	17,1%
30 a 39	13,6%	13,8%
40 a 49	12,1%	11,9%
50 a 59	9,3%	10,2%
60 a 69	4,1%	7,3%
70 +	6,3%	6,8%



Brasil

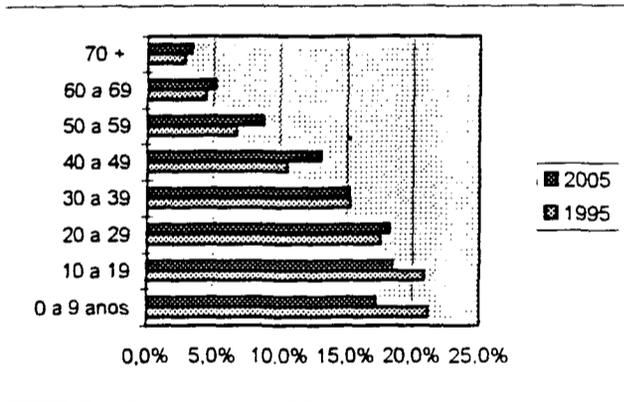
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	34341	31633
10 a 19	33883	33991
20 a 29	28437	33478
30 a 39	24696	27925
40 a 49	17150	23974
50 a 59	10913	16135
60 a 69	7216	9476
70 +	4740	6345
	161376	182957



Em porcentagem da população

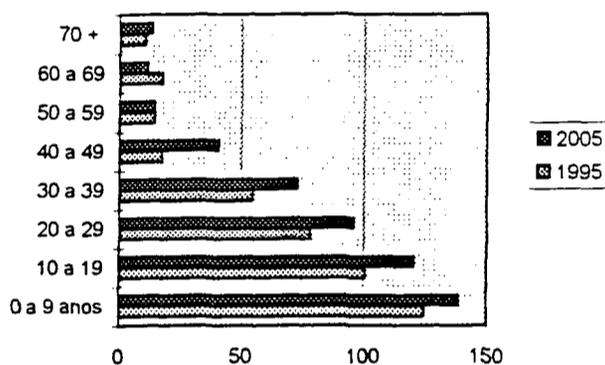
	1995	2005
0 a 9 anos	21,3%	17,3%
10 a 19	21,0%	18,6%
20 a 29	17,6%	18,3%
30 a 39	15,3%	15,3%
40 a 49	10,6%	13,1%
50 a 59	6,8%	8,8%
60 a 69	4,5%	5,2%
70 +	2,9%	3,5%



Cabo Verde

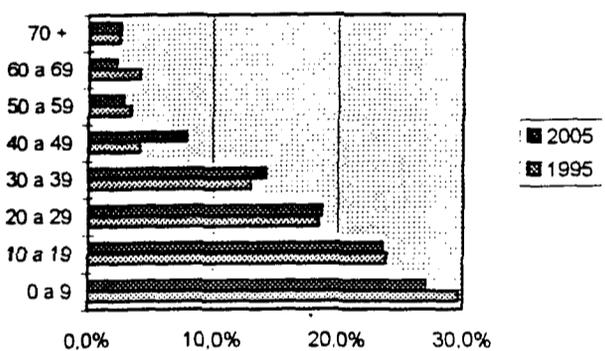
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	125	139
10 a 19	101	121
20 a 29	78	96
30 a 39	55	73
40 a 49	18	41
50 a 59	15	15
60 a 69	18	12
70 +	11	14
	421	511



Em percentagem da população

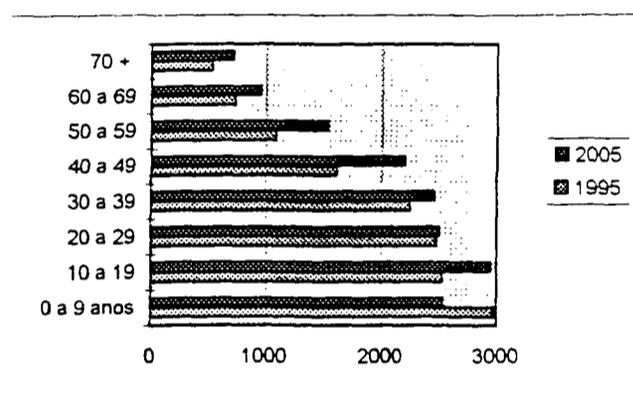
	1995	2005
0 a 9	29,7%	27,2%
10 a 19	24,0%	23,7%
20 a 29	18,5%	18,8%
30 a 39	13,1%	14,3%
40 a 49	4,3%	8,0%
50 a 59	3,6%	2,9%
60 a 69	4,3%	2,3%
70 +	2,6%	2,7%



Chile

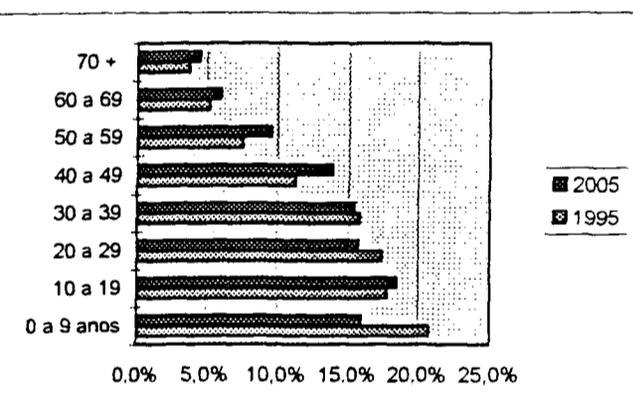
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	2977	2552
10 a 19	2548	2957
20 a 29	2489	2516
30 a 39	2265	2472
40 a 49	1613	2212
50 a 59	1091	1528
60 a 69	750	958
70 +	550	729
	14283	15924



Em porcentagem da população

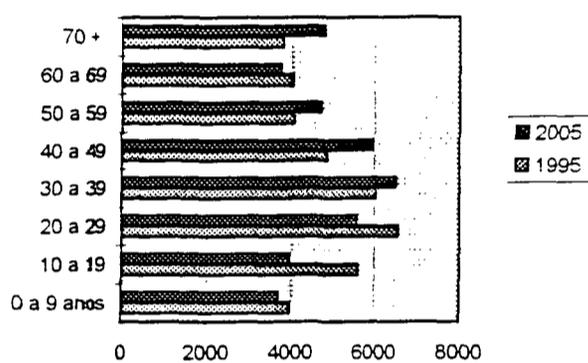
	1995	2005
0 a 9 anos	20,8%	16,0%
10 a 19	17,8%	18,6%
20 a 29	17,4%	15,8%
30 a 39	15,9%	15,5%
40 a 49	11,3%	13,9%
50 a 59	7,6%	9,6%
60 a 69	5,3%	6,0%
70 +	3,9%	4,6%



Espanha

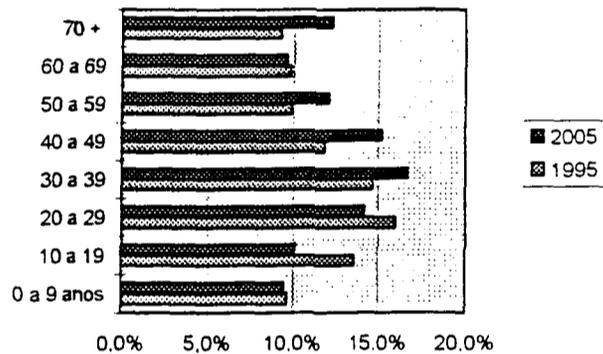
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	3984	3714
10 a 19	5616	3977
20 a 29	6600	5588
30 a 39	6066	6555
40 a 49	4904	5989
50 a 59	4088	4738
60 a 69	4067	3763
70 +	3826	4824
	41146	39148



Em percentagem da população

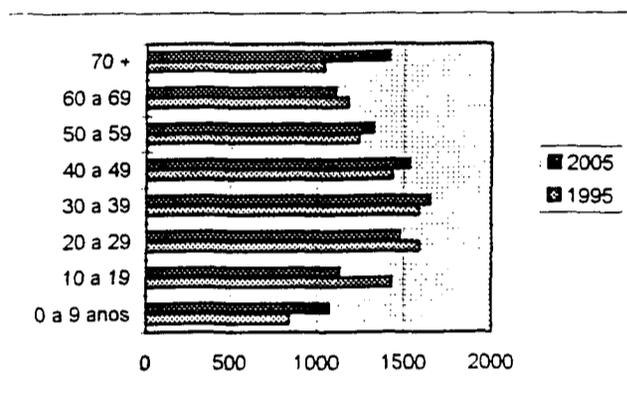
	1995	2005
0 a 9 anos	9,7%	9,5%
10 a 19	13,6%	10,2%
20 a 29	16,0%	14,3%
30 a 39	14,7%	16,7%
40 a 49	11,9%	15,3%
50 a 59	9,9%	12,1%
60 a 69	9,9%	9,6%
70 +	9,3%	12,3%



Grécia

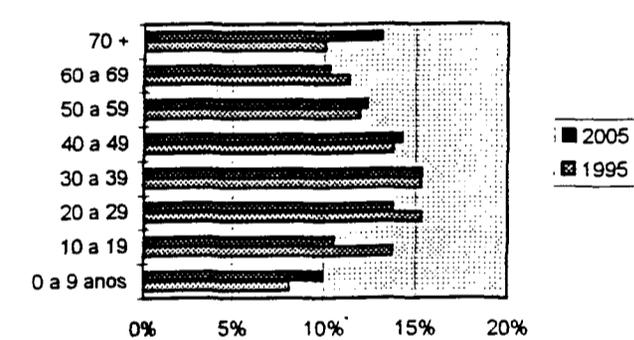
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	850	1078
10 a 19	1434	1137
20 a 29	1593	1486
30 a 39	1593	1656
40 a 49	1435	1536
50 a 59	1246	1330
60 a 69	1188	1113
70 +	1050	1414
	10389	10750



Em percentagem da população

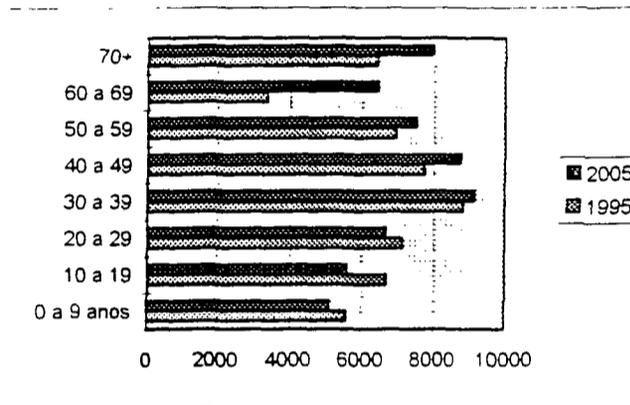
	1995	2005
0 a 9 anos	8%	10%
10 a 19	14%	11%
20 a 29	15%	14%
30 a 39	15%	15%
40 a 49	14%	14%
50 a 59	12%	12%
60 a 69	11%	10%
70 +	10%	13%



Itália

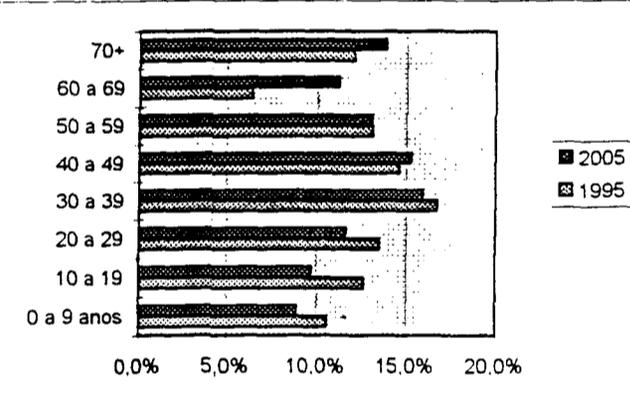
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	5626	5151
10 a 19	6705	5637
20 a 29	7156	6705
30 a 39	8865	9173
40 a 49	7767	8785
50 a 59	6959	7541
60 a 69	3420	6472
70+	6437	7960
	52935	57424



Em porcentagem da população

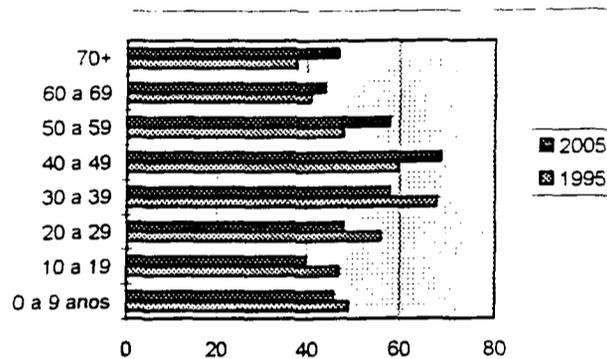
	1995	2005
0 a 9 anos	10,6%	9,0%
10 a 19	12,7%	9,8%
20 a 29	13,5%	11,7%
30 a 39	16,7%	16,0%
40 a 49	14,7%	15,3%
50 a 59	13,1%	13,1%
60 a 69	6,5%	11,3%
70+	12,2%	13,9%



Luxemburgo

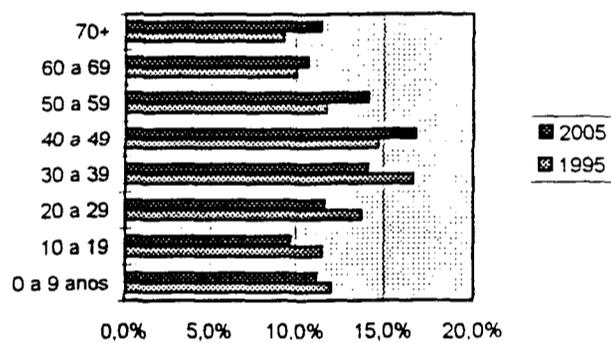
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	49	46
10 a 19	47	40
20 a 29	56	48
30 a 39	68	58
40 a 49	60	69
50 a 59	48	58
60 a 69	41	44
70+	38	47
	407	410



Em percentagem da população

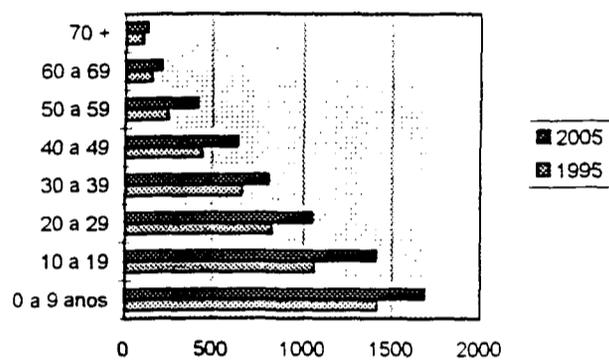
	1995	2005
0 a 9 anos	12,0%	11,2%
10 a 19	11,5%	9,8%
20 a 29	13,8%	11,7%
30 a 39	16,7%	14,1%
40 a 49	14,7%	16,8%
50 a 59	11,8%	14,1%
60 a 69	10,1%	10,7%
70+	9,3%	11,5%



Paraguai

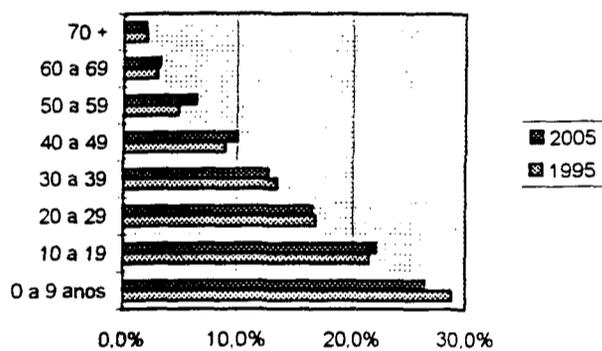
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	1423	1688
10 a 19	1066	1413
20 a 29	831	1053
30 a 39	669	815
40 a 49	447	646
50 a 59	247	417
60 a 69	152	209
70 +	104	130
	4939	6371



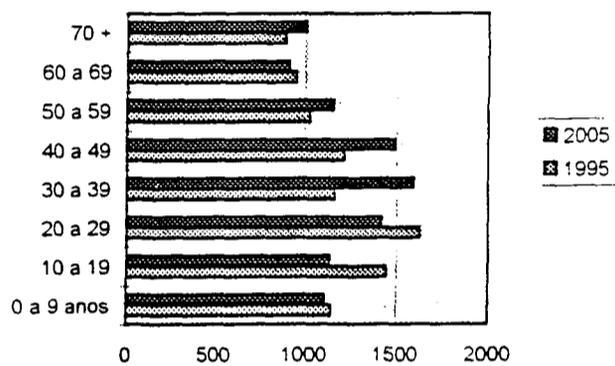
Porcentagem da população

	1995	2005
0 a 9 anos	28,8%	26,5%
10 a 19	21,6%	22,2%
20 a 29	16,8%	16,5%
30 a 39	13,5%	12,8%
40 a 49	9,1%	10,1%
50 a 59	5,0%	6,5%
60 a 69	3,1%	3,3%
70 +	2,1%	2,0%



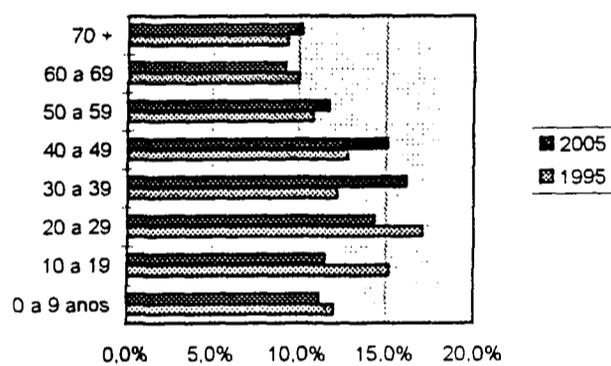
Portugal

	1995	2005
0 a 9 anos	1153	1112
10 a 19	1450	1141
20 a 29	1633	1426
30 a 39	1169	1601
40 a 49	1223	1492
50 a 59	1033	1163
60 a 69	954	915
70 +	896	1009
	9511	9859



Em percentagem da população

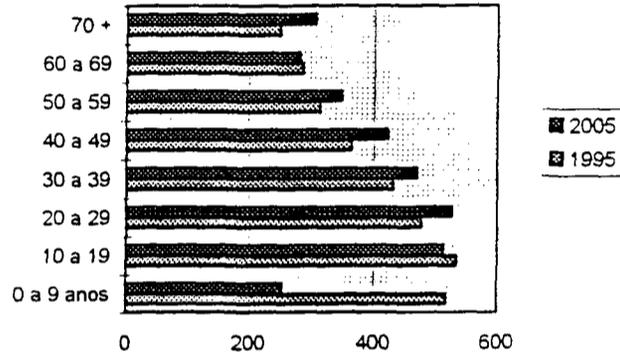
	1995	2005
0 a 9 anos	12,1%	11,3%
10 a 19	15,2%	11,6%
20 a 29	17,2%	14,5%
30 a 39	12,3%	16,2%
40 a 49	12,9%	15,1%
50 a 59	10,9%	11,8%
60 a 69	10,0%	9,3%
70 +	9,4%	10,2%



Uruguai

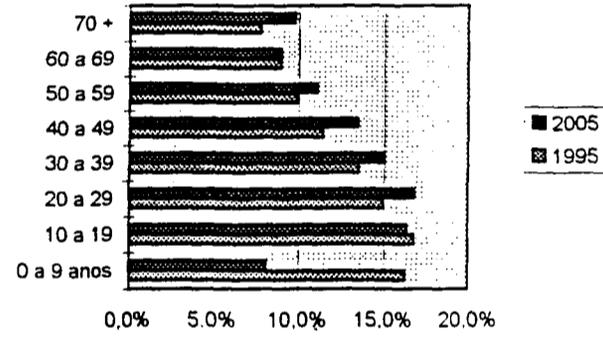
População (em milhares)

	1995	2005
0 a 9 anos	518	256
10 a 19	535	514
20 a 29	478	528
30 a 39	432	471
40 a 49	365	423
50 a 59	315	348
60 a 69	287	282
70 +	250	307
	3180	3129



Em porcentagem da população

	1995	2005
0 a 9 anos	16,3%	8,2%
10 a 19	16,8%	16,4%
20 a 29	15,0%	16,9%
30 a 39	13,6%	15,1%
40 a 49	11,5%	13,5%
50 a 59	9,9%	11,1%
60 a 69	9,0%	9,0%
70 +	7,9%	9,8%



Os dez maiores parceiros comerciais
(em 1996)

Pais	US\$ milhões
EUA	21141
Argentina	11945
Alemanha	6858
Japão	5805
Itália	4442
Holanda	4118
Reino Unido	2570
França	2253
China	2243
Coréia do Sul	1993

Fonte: Banco Central (junho 1997)

Os dez maiores investidores Estrangeiros no Brasil
(em 1995)

Pais	US\$ milhões
EUA	19702
Alemanha	7838
Japão	4484
Reino Unido	4189
França	3150
Holanda	2835
Itália	2396
Suíça	2236
Canadá	1880
Suécia	625

Fonte: idem

Indicadores Económicos

	PIB (US\$ mi)	Renda per cap.	Força de Trab	Exportações	Importações	Desemprego	IDH
<i>Argentina</i>	281922	8 110	13 225	15839	21590	18,6	0,884
<i>Brasil</i>	554587	2 970	71 021	43558	35997	4,5	0,783
<i>Cabo Verde</i>	341	400	348	65	130	-	0,547
<i>Chile</i>	51957	3 520	5 468	11369	11149	5,7	0,891
<i>Espanha</i>	482841	~ 13 440	16 647	73031	92058	22,7	0,934
<i>Grécia</i>	77721	7 700	4 379	9408	21515	6,2	0,823
<i>Itália</i>	1024634	19 300	24 865	189809	167788	12,2	0,911
<i>Luxemburgo</i>	11848	39 600	171	-	-	2,5	0,899
<i>Paraguai</i>	7826	1 580	1 810	770	2140	5,3	0,706
<i>Portugal</i>	87257	9 320	4 861	17998	27073	7,1	0,89
<i>Uruguai</i>	10133	4 660	1 441	1913	2773	10,4	0,833

Elaborado a partir de: World Bank, *World Development Report*; United Nations, *Statistical Yearbook*, Forty-first issue; PNUD, *Relatório 1997*.
e International Labour Organization "World Employment (96/97)".

Investimentos e Reinvestimentos Estrangeiros no Brasil (junho 1995)

Distribuição por país da "Holding" e Ramo de Atividade da Empresa Receptora

(em US\$ mil e %)

Ramo	Argentina		Espanha	
Agricultura	3	0%	123	0,07%
Pecuária	724	0,20%	2633	1,53%
Pesca	0	0%	0	0%
Ind. Extrativa Mineral	65	0,02%	0	0%
Ind. Transformação	309757	84,98%	56.325	32,16%
Minerais Não Metálicos	67	0,02%	285	0,16%
Metalurgia	3559	0,98%	22894	13,07%
Mecânica	2.338	0,64%	3.461	1,98%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	526	0,14%	1.457	0,83%
Material de Transportes	397	0,11%	1.121	0,64%
Madeira	0	0%	1.512	0,86%
Celulose, papel e papelão	215	0,06%	496	0,28%
Borracha	5	0,0%	0	0%
Química	13951	3,83%	13564	7,74%
Produtos farmacêuticos e veterinários	138	0,04%	4.631	2,64%
Têxtil	42004	11,52%	505	0,29%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	147	0,04%	1830	1,04%
Produtos Alimentares	191.669	52,59%	69	0,04%
Bebidas	51289	14,07%	0	0%
Fumo	23	0,01%	3561	2,03%
Editorial e Gráfica	3324	0,91%	198	0,11%
Diversos	98	0,03%	733	0,42%
Serviços de Utilidade Pública	338	0,09%	29	0,02%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	151	0,04%	0	0%
Transporte Rodoviário	187	0,05%	29	0,02%
Outros Serviços	46.962	12,88%	110.689	63,19%
Bancos	17.191	4,72%	60.236	34,39%
Comércio Imobiliário	0	0%	206	0,12%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	3.662	1%	8.937	5,10%
Companhia de Seguros	44	0,01%	35.926	20,51%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	7.459	2,05%	21.954	12,53%
Outras Instituições Financeiras	0	0%	32	0,02%
"Portfolios"	17.355	4,76%	-17077	-9,75%
Serviços Técnicos e Auditoria	247	0,07%	340	0,19%
Turismo	0	0%	66	0,04%
Outras Atividades	7.638	2,10%	5.615	3,21%
Total	364.490	100%	175.165	100%

Ramo	Chile		Itália	
Agricultura	0	0%	43.382	1,79%
Pecuária	0	0%	941	0,04%
Pesca	0	0%	0	0%
Ind. Extrativa Mineral	0	0%	1300	0,05%
Ind. Transformação	6861	82,67%	2.210.563	91,11%
Minerais Não Metálicos	0	0%	1.643	0,07%
Metalurgia	0	0%	308681	12,72%
Mecânica	0	0%	165.997	6,84%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	0	0%	210.425	8,67%
Material de Transportes	0	0%	1.258.531	51,87%
Madeira	31	0,37%	716	0,03%
Celulose, papel e papelão	0	0%	29	0%
Borracha	0	0%	144.581	5,96%
Química	0	0%	12.276	0,51%
Produtos farmacêuticos e veterinários	49	0,59%	1752	0,07%
Têxtil	0	0%	7.853	0,32%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	212	2,55%	2.882	0,12%
Produtos Alimentares	17	0,20%	57.370	2,36%
Bebidas	0	0%	33.019	1,36%
Fumo	0	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	4406	53,09%	2151	0,09%
Diversos	2143	25,82%	2648	0,11%
Serviços de Utilidade Pública	0	0%	237	0,01%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	0	0%	237	0,01%
Transporte Rodoviário	0	0%	0	0%
Outros Serviços	1287	15,51%	140.724	5,80%
Bancos	0	0%	0	0%
Comércio Imobiliário	106	1,28%	10.491	0,43%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	1153	13,89%	13.637	0,56%
Companhia de Seguros	0	0%	15.554	0,64%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	3	0,04%	99.161	4,09%
Outras Instituições Financeiras	0	0%	0	0%
"Portfolios"	0	0%	29	0%
Serviços Técnicos e Auditoria	24	0,29%	1770	0,07%
Turismo	0	0%	78	0%
Outras Atividades	151	1,82%	29.060	1,20%
Total	8299	100%	2.426.215	100%

	Luxemburgo		Paraguai	
<i>Ramo</i>	2691	0.44%	0	0%
<i>Agricultura</i>	2374	0.39%	0	0%
<i>Pecuária</i>	0	0.0%	0	0%
<i>Pesca</i>	74	0.01%	0	0%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	183698	30.25%	40	0.1%
<i>Ind. Transformação</i>	17407	2.87%	0	0%
Minerais Não Metálicos	58613	9.65%	0	0%
Metalurgia	32885	5.42%	0	0%
Mecânica	1	0%	0	0%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	19	0%	0	0%
Material de Transportes	60649	9.99%	0	0%
Madeira	263	0.04%	0	0%
Celulose, papel e papelão	290	0.05%	0	0%
Borracha	4780	0.79%	0	0%
Química	3911	0.64%	0	0%
Produtos farmacêuticos e veterinários	0	0.00%	0	0%
Têxtil	530	0.09%	39	0.09%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	4309	0.71%	39	0.09%
Produtos Alimentares	0	0%	0	0%
Bebidas	0	0%	0	0%
Fumo	24	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	6	0%	0	0%
Diversos	15876	2.61%	0	0%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	0	0%	0	0%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	16876	2.78%	0	0%
Transporte Rodoviário	414795	68.31%	43313	99.65%
<i>Outros Serviços</i>	40360	6.65%	10000	23.01%
Bancos	308	0.05%	0	0%
Comércio Imobiliário	3891	0.64%	678	1.56%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	0	0%	0	0%
Companhia de Seguros	57924	9.54%	0	0%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	814	0.13%	0	0%
Outras Instituições Financeiras	291167	47.95%	32634	75.08%
"Portfolios"	20327	3.35%	0	0%
Serviços Técnicos e Auditoria	0	0%	0	0%
Turismo	8712	1.43%	110	0.25%
<i>Outras Atividades</i>	607205	100%	43463	100%
Total				

	Portugal		Uruguai	
<i>Ramo</i>				
<i>Agricultura</i>	0	0%	452	0,31%
<i>Pecuária</i>	0	0%	16	0,01%
<i>Pesca</i>	0	0%	49	0,03%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	0	0%	49	0,03%
<i>Ind. Transformação</i>	12645	3,75%	41534	28,61%
Minerais Não Metálicos	0	0%	19	0,01%
Metalurgia	1500	0,44%	1110	0,76%
Mecânica	0	0%	3671	2,53%
Material Eletrónico, Elétrico e de Comunicação	0	0%	958	0,66%
Material de Transportes	0	0%	0	0%
Madeira	177	0,05%	9277	6,39%
Celulose, papel e papelão	0	0%	0	0%
Borracha	0	0%	0	0%
Química	33	0,01%	10262	7,07%
Produtos Medicinais, farmacêuticos e veterinários	85	0,03%	294	0,20%
Têxtil	0	0%	7324	5,05%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	0	0%	580	0,40%
Produtos Alimentares	0	0%	3409	2,35%
Bebidas	212	0,06%	0	0%
Fumo	10430	3,09%	3811	2,63%
Editorial e Gráfica	296	0,09%	10	0,01%
Diversos	0	0%	804	0,55%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	665	0,20%	42	0,03%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	665	0,20%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	0	0%	0	0%
Transporte Rodoviário	0	0%	42	0,03%
<i>Outros Serviços</i>	315941	93,59%	80835	55,68%
Bancos	112260	33,25%	19197	13,22%
Comércio Imobiliário	955	0,28%	8812	6,07%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	18555	5,50%	9792	6,75%
Companhia de Seguros	0	0%	0	0%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	329	0,1%	4057	2,79%
Outras Instituições Financeiras	60	0,02%	7617	5,25%
"Portfolios"	183780	54,44%	30455	20,98%
Serviços Técnicos e Auditoria	0	0%	828	0,57%
Turismo	0	0%	74	0,05%
<i>Outras Atividades</i>	8323	2,47%	19293	13,29%
Total	337574	100%	145170	100%

Investimentos Brasileiros no Exterior (em 1995)

Distribuição por país da "Holding" e ramo de atividade
(em US\$ mil e %)

Ramo	Argentina		Chile	
<i>Agricultura</i>	0	0%	0	0%
<i>Pecuária</i>	3375	1,1%	0	0%
<i>Pesca</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	0	0%	150	0,2%
<i>Ind. Transformação</i>	176274	55,7%	27298	33,4%
Minerais Não Metálicos	822	0,3%	0	0%
Metalurgia	37571	11,9%	15257	18,7%
Mecânica	13872	4,4%	40	0%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	14157	4,5%	218	0,3%
Material de Transportes	63053	19,9%	3490	4,3%
Madeira	565	0,2%	0	0%
Celulose, papel e papelão	0	0%	0	0%
Borracha	1850	0,6%	61	0,1%
Química	12220	3,9%	4858	6,0%
Produtos Medicinais, farmacêuticos e veterinários	3752	1,2%	1472	1,8%
Têxtil	2571	0,8%	25	0%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	4515	1,4%	153	0,2%
Produtos Alimentares	11257	3,6%	373	0,5%
Bebidas	5600	1,8%	0	0%
Fumo	0	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	2051	0,6%	0	0%
Diversos	2406	0,8%	1347	1,7%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	1504	0,5%	10	0%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	1500	0,5%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	0	0%	0	0%
Transporte Rodoviário	4	0%	10	0%
<i>Outros Serviços</i>	129964	41,1%	53713	65,8%
Bancos	68603	21,7%	14343	17,6%
Comércio Imobiliário	4	0,0%	2010	2,5%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	7695	2,4%	12370	15,2%
Companhia de Seguros	9462	3,0%	0	0%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	11275	3,6%	2097	2,6%
Outras Instituições Financeiras	26813	8,5%	22000	27%
"Portfolios"	4230	1,3%	0	0%
Serviços Técnicos e Auditoria	1879	0,6%	891	1,1%
Turismo	0	0%	0	0%
<i>Outras Atividades</i>	5292	1,7%	446	0,5%
Total	316410	100%	81619	100%

Investimentos Brasileiros no Exterior

	Espanha		Luxemburgo	
Ramo				
<i>Agricultura</i>	0	0%	0	0%
<i>Pecuária</i>	0	0%	0	0%
<i>Pesca</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Transformação</i>	6647	32,29%	4640	21,69%
Minerais Não Metálicos	0	0%	0	0%
Metalurgia	0	0%	0	0%
Mecânica	0	0%	0	0%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	0	0%	3450	16,13%
Material de Transportes	0	0%	0	0%
Madeira	0	0%	1000	4,67%
Celulose, papel e papelão	21	0,1%	0	0%
Borracha	0	0%	0	0%
Química	0	0%	0	0%
Produtos Medicinais, farmacêuticos e veterinários	0	0%	0	0%
Têxtil	6442	31,30%	100	0,47%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	91	0,44%	0	0%
Produtos Alimentares	91	0,44%	0	0%
Bebidas	0	0%	90	0,42%
Fumo	0	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	0	0%	0	0%
Diversos	0	0%	0	0%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	0	0%	0	0%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	0	0%	0	0%
Transporte Rodoviário	0	0%	0	0%
<i>Outros Serviços</i>	13936	67,71%	16150	75,50%
Bancos	13618	66,16%	4800	22,44%
Comércio Imobiliário	0	0%	0	0%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	40	0,19%	24	0,11%
Companhia de Seguros	0	0%	0	0%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	0	0%	11210	52,41%
Outras Instituições Financeiras	278	1,35%	100	0,47%
"Portfolios"	0	0%	0	0%
Serviços Técnicos e Auditoria	0	0%	16	0,07%
Turismo	0	0%	0	0%
<i>Outras Atividades</i>	0	0%	600	2,80%
Total	20583	100%	21391	100%

Investimentos Brasileiros no Exterior

	Itália		Paraguai	
<i>Ramo</i>	0	0%	0	0%
<i>Agricultura</i>	0	0%	515	1,02%
<i>Pecuária</i>	0	0%	0	0%
<i>Pesca</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	64	33,5%	1291	2,56%
<i>Ind. Transformação</i>	0	0%	0	0%
Minerais Não Metálicos	0	0%	180	0,36%
Metalurgia	0	0%	26	0,05%
Mecânica	0	0%	55	0,11%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	0	0%	401	0,79%
Material de Transportes	0	0%	0	0%
Madeira	0	0%	0	0%
Celulose, papel e papelão	0	0%	8	0,02%
Borracha	0	0%	83	0,16%
Química	0	0%	54	0,11%
Produtos Medicinais, farmacêuticos e veterinários	0	0%	481	0,95%
Têxtil	64	33,51%	0	0%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	0	0%	0	0%
Produtos Alimentares	0	0%	0	0%
Bebidas	0	0%	0	0%
Fumo	0	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	0	0%	0	0%
Diversos	0	0%	25	0,05%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	0	0%	0	0%
Abastecimento de água	0	0%	0	0%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	128	67%	25	0,05%
Transporte Rodoviário	0	0%	45974	91,07%
<i>Outros Serviços</i>	0	0%	26979	53,44%
Bancos	128	67%	80	0,16%
Comércio Imobiliário	0	0%	196	0,39%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	0	0%	19	0,04%
Companhia de Seguros	0	0%	3622	7,17%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	0	0%	14000	27,73%
Outras Instituições Financeiras	0	0%	0	0%
"Portfolios"	0	0%	1075	2,13%
Serviços Técnicos e Auditoria	0	0%	0	0%
Turismo	-2	-1,05%	2676	5,30%
<i>Outras Atividades</i>	191	100,0%	50483	100%
Total				

	Portugal		Uruguai	
<i>Ramo</i>				
<i>Agricultura</i>				
<i>Pecuária</i>	0	0%	-14	-0,03%
<i>Pesca</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Extrativa Mineral</i>	0	0%	0	0%
<i>Ind. Transformação</i>	0	0%	-2482	-5,98%
Minerais Não Metálicos	34095	13,16%	8190	19,73%
Metalurgia	0	0%	399	0,96%
Mecânica	273	0,11%	3800	9,16%
Material Eletrônico, Elétrico e de Comunicação	86	0,03%	0	0%
Material de Transportes	1227	0,47%	1550	3,73%
Madeira	645	0,25%	1550	3,73%
Celulose, papel e papelão	0	0%	0	0%
Borracha	0	0%	0	0%
Química	0	0%	0	0%
Produtos Medicinais, farmacêuticos e veterinários	9851	3,80%	260	0,63%
Têxtil	1565	0,60%	46	0,11%
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	781	0,30%	1055	2,54%
Produtos Alimentares	20	0,01%	20	0,05%
Bebidas	18824	7,27%	428	1,03%
Fumo	0	0%	0	0%
Editorial e Gráfica	0	0%	0	0%
Diversos	138	0,05%	0	0%
<i>Serviços de Utilidade Pública</i>	679	0,26%	395	0,95%
Abastecimento de água	872	0,34%	-834	-2,01%
Produção e distribuição de Gás	0	0%	0	0%
Serviços Sanitários	0	0%	0	0%
Transporte Aeroviário	0	0%	0	0%
Transporte Marítimo e fluvial	0	0%	0	0%
Transporte Rodoviário	0	0%	0	0%
<i>Outros Serviços</i>	872	0,34%	-834	-2,01%
Bancos	185022	71,44%	13608	32,79%
Comércio Imobiliário	2167	0,84%	987	2,38%
Comércio em Geral, Importação, Exportação	0	0%	783	1,89%
Companhia de Seguros	151351	58,44%	18	0,04%
Cons., Reps., Participações e Adm de Bens	825	0,32%	-610	-1,47%
Outras Instituições Financeiras	1741	0,67%	2329	5,61%
"Portfolios"	19308	7,45%	10000	24,10%
Serviços Técnicos e Auditoria	0	0%	0	0%
Turismo	9628	3,72%	101	0,24%
<i>Outras Atividades</i>	0	0%	0	0%
Total	39013	15,06%	23033	55,5%
	259004	100%	41500	100%